



PROJETO EDUCATIVO

2024-2027

A Escola que é o
Presente do
Futuro

Mensagem da Diretora

O Agrupamento de Escolas D. Maria II será sempre o lugar onde se encontra a semente do bem-estar, da razão, da estima, do rigor, do sentimento e da qualidade que, forçosamente, lhe devemos imprimir.

É imperioso tornar exequível um desafio ambicioso que nos inquieta e, ao mesmo tempo, nos faz reinventar no tempo. Saibamos sentir-nos parte integrante de uma comunidade educativa solidária e equitativa deliciosamente mobilizadora da nossa grandeza e, consequentemente, da nossa simplicidade.

Pelo prazer e com a responsabilidade de participar na construção de um presente com futuro, cabe a cada um de nós, enquanto elemento da comunidade educativa, a tarefa de contribuir para que o Agrupamento de Escolas D. Maria II se insira, ativa e empenhadamente, num universo Educativo do qual todos somos parte integrante. Um gigantesco acervo de saberes generosamente partilhável.

Só à medida que formos avaliando as exigências fundamentais a que nos vinculamos, é que o sucesso escolar e os êxitos serão mais facilmente alcançados.

A qualidade do Agrupamento de Escolas D. Maria II residirá na atenção dada às relações interpessoais, à equidade e aos desafios que todos os agentes educativos forem capazes de aceitar, conscientes do seu papel crucial na obtenção de excelentes resultados.

Cândida Pinto,

Diretora do Agrupamento de Escolas D. Maria II

Índice de figuras

Figura 1- Território de intervenção e estabelecimentos que constituem o AE D. Maria II	9
Figura 2 - Evolução do número de alunos matriculados no AE D. Maria II	10
Figura 3 - Evolução no número de grupos/turmas no AE D. Maria II, por nível de ensino.	11
Figura 4 - Evolução na aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e inclusão	15
Figura 5 - Evolução dos recursos humanos do AE D. Maria II.....	16
Figura 6 - Organograma do AE D. Maria II	18
Figura 7 - Projetos/Programas nacionais e internacionais dinamizados no AE D. Maria II	20
Figura 8 - Entidades parceiras do AE D. Maria II	21

Índice de quadros

Quadro 1 - Oferta Curricular (contexto formal).....	19
Quadro 2 - Diagnóstico estratégico com base no modelo de Análise SWOT	31
Quadro 3 - Objetivos, estratégias e metas a alcançar em cada eixo de intervenção.....	35
Quadro 4- Resumo do conteúdo dos documentos orientadores do AE D. Maria II.....	45

Índice de tabelas

Tabela 2- Nacionalidade de origem dos alunos que frequentam o AE D. Maria II.....	13
--	----

Índice de apêndices

Apêndice 1 – Dados SELFIE 2020-2021	52
Apêndice 2 – Dados SELFIE 2023-2024	52
Apêndice 3 - Questionários de Satisfação	52

Siglas, abreviaturas e Acrónimos

AE - Agrupamento de Escolas

AEs - Aprendizagens Essenciais

ASE - Ação Social Escolar

CAA – Centro de Apoio à Aprendizagem

EB – Escola Básica

ECD - Estatuto da Carreira Docente

EECE - Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola

ENEC - Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

EMAEI - Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

LED – Laboratório de Educação Digital

OCEP - Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar

PADDE - Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas

PPESS – Projeto de Promoção e Educação para a Saúde e Sexualidade

PPESS - Programa de Promoção e Educação para a Saúde e Sexualidade

PASEO - Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória

PCE - Plano Cultural de Escola

PEA - Projeto Educativo do Agrupamento

POMU - Plano de Operacionalização das Medidas Universais

RI - Regulamento Interno

TS – Taxas de Sucesso

Índice

1. Introdução	6
2. Caracterização do contexto educativo	8
2.1. População escolar e contexto socioeconómico	10
2.1.1. Indicadores de vulnerabilidade social.....	11
2.1.2. Evolução da nacionalidade dos alunos que frequentam o AE D. Maria II	13
2.1.3. Evolução da aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão	14
2.2. Estrutura organizacional e funcional do AE D. Maria II.....	18
2.3. Opções Curriculares Estruturantes	19
2.4. Parcerias / Protocolos.....	21
3. Visão, Missão Estratégica e Valores.....	22
3.1. Visão	22
3.2. Missão	22
3.3. Valores	23
4. Diagnóstico estratégico	25
4.1. Análise SWOT	31
5. Planeamento estratégico: áreas prioritárias de intervenção	33
5.1. Objetivos, estratégias e metas a alcançar.....	34
6. Plano de comunicação e disseminação.....	44
7. Documentos de operacionalização do Projeto Educativo	45
8. Avaliação/Monitorização do Projeto Educativo.....	49
9. Disposições finais.....	50
Referências	51
Normativos Legais	51
Apêndices.....	52

1. Introdução

O Projeto Educativo estrutura-se conforme consignado na alínea a) do artigo 9.º-A do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 137/2012 de 2 de julho, ou seja, “constitui um documento objetivo, conciso e rigoroso, tendo em vista a clarificação e comunicação da missão e das metas da escola no quadro da sua autonomia pedagógica, curricular, cultural, administrativa e patrimonial, assim como a sua apropriação individual e coletiva”. Nesta perspetiva, assume-se como imprescindível que a intervenção na escola e na comunidade educativa seja sustentada por um Projeto Educativo de Agrupamento, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão, para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, valores, as metas e as estratégias segundo os quais este Agrupamento se propõe cumprir a sua função educativa (c.f. Decreto lei nº 137/2012 de 2 de julho).

O supracitado Decreto-Lei, vem dotar as escolas de autonomia, estabelecendo um quadro legal que lhes permite responder às necessidades e expectativas da comunidade envolvente, orientando-se pelos princípios da igualdade, da equidade, da participação e da transparência.

O Projeto Educativo do Agrupamento (PEA) é o documento orientador dos restantes instrumentos de autonomia do Agrupamento, nomeadamente, o Plano de Melhoria e o Plano Anual de Atividades (PAA) do Agrupamento. Na elaboração do PAA, são contemplados os princípios, objetivos e finalidades delineados no PEA e programadas múltiplas iniciativas e ações que os concretizam.

Pretende ser um documento atuante, dinâmico e aberto a revisões periódicas e à atualização, de modo a ajustar-se às transformações e exigências da realidade envolvente e da sociedade em geral, bem como das circunstâncias, possibilitando maior interação entre todos os elementos da comunidade educativa, promovendo valores sociais, culturais e artísticos e permitindo, cumulativamente, implementar medidas que promovam a autonomia, a identidade própria e a autoestima dos alunos. A melhoria da educação diz respeito a todos, mas é fundamental ouvir o que os alunos têm a dizer sobre a sua experiência e os seus modos de participação na escola. Tal como o indicado na Convenção sobre os Direitos da Criança, no art.º 12.º, as crianças têm o direito de expressar os seus pontos de vista, de dar ideias e de serem ouvidas. Assim, a voz dos alunos tem uma enorme importância neste processo, ou seja, a sua visão sobre o ensino/aprendizagem, como aprendem melhor, na tomada de decisões, o feedback sobre o seu próprio desempenho e apresentações de sugestões sobre como melhorar.

O PEA é o plano de ação que irá orientar a práxis de forma a promover uma educação integral, nas suas vertentes de desenvolvimento pessoal e social, nomeadamente, na autonomia, no espírito crítico e no domínio do saber, marcando uma etapa de aperfeiçoamento e de consolidação, relativamente às metas que nos propusemos atingir anteriormente.

Pretende-se com este documento desenvolver, progressivamente, um trabalho interveniente, assente no compromisso e na participação, dentro dos princípios de responsabilização dos vários intervenientes, na vida escolar, e adequá-lo às características e recursos do Agrupamento, procurando corresponder às solicitações e apoios da comunidade em que está inserido.

Através de um processo dinâmico, aberto, contextualizado e participado, pretende-se continuar a implementar uma educação de qualidade, inclusiva, baseada em aprendizagens ativas e significativas, rentabilizando os recursos existentes e mobilizando novos recursos, dentro e fora das escolas.

É neste espaço de construção identitária que surge o currículo como ponte de diálogo, de mutação social, como ponto de referência e de definição do que é a realidade, o saber, a cultura, a crença, a moralidade da sociedade atual e dos seus valores, bem como sobre a dinâmica pedagógica que melhor poderá servir a excelência do ideal educativo.

Ao longo do processo de desenvolvimento deste projeto, continuar-se-á a auscultar as opiniões de todos os setores intervenientes e a refletir, crítica e internamente, sobre a sua implementação, de modo a reformular e ampliar a ação educativa, a delimitar áreas de intervenção e a reorganizar recursos, em prol do sucesso educativo. Anualmente, proceder-se-á aos ajustamentos considerados necessários relativamente a alguns dos aspetos abordados no presente documento.

Recolhendo o contributo de toda a comunidade, o presente documento consiste num instrumento fundamental de trabalho, que espelha toda a gestão escolar e orienta para a construção de uma nova identidade, assumindo a autonomia que lhe é reconhecida enquanto instituição.

2. Caracterização do contexto educativo

O Agrupamento de Escolas D. Maria II (AE D. Maria II), de Vila Nova de Famalicão, foi criado em 28 de junho de 2012 como um agrupamento vertical, abrangendo estabelecimentos de ensino da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos).

Vila Nova de Famalicão, no distrito de Braga, é um município que, embora tenha raízes antigas desde 1205, é moderno e dinâmico, destacando-se pela sua importância industrial e cultural. Este concelho está inserido na Unidade Territorial Estatística do Ave (NUTS III), distribuído por uma área de 209 km² (Portal do Município, 2024) e com 133 590 habitantes (Censos, 2021). Faz fronteiras com Braga (norte); Guimarães (leste); Santo Tirso (sul) Trofa (sul); Vila do Conde (oeste); Póvoa de Varzim (oeste) e Barcelos (noroeste).

O município é um importante pólo de desenvolvimento, especialmente nos setores têxtil, calçado, alimentação e obras públicas. O Parque da Devesa, com 23 hectares de áreas verdes, é um dos seus principais espaços de lazer, enquanto o património cultural inclui o romancista Camilo Castelo Branco e uma forte programação cultural contemporânea. Além disso, as tradições, gastronomia e artesanato, reforçam a identidade local.

O concelho de Vila Nova de Famalicão tem vindo a beneficiar de um saldo migratório positivo, sustentado pelo crescimento económico e industrial, pela qualidade de vida e pela capacidade de atrair tanto migrantes internos como externos, tornando-se um destino de referência no contexto demográfico regional. Este facto deve-se à atratividade da região, uma vez que Famalicão tem conseguido combinar uma oferta laboral significativa, nos setores de têxteis, metalomecânica, e outros setores inovadores, infraestruturas de educação e saúde, e proximidade a grandes centros urbanos como Porto e Braga.

O AE D. Maria II assume-se como inclusivo e foca-se na melhoria contínua da sua oferta educativa e dos serviços prestados a uma comunidade cada vez mais diversificada. o Agrupamento prepara os alunos desde o início da escolaridade até ao 3.º ciclo, desenvolvendo as competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

O AE D. Maria II abrange sete freguesias e quatro Uniões de Freguesias de Famalicão, encontrando-se o território educativo distribuído entre áreas urbanas, periurbanas e rurais.

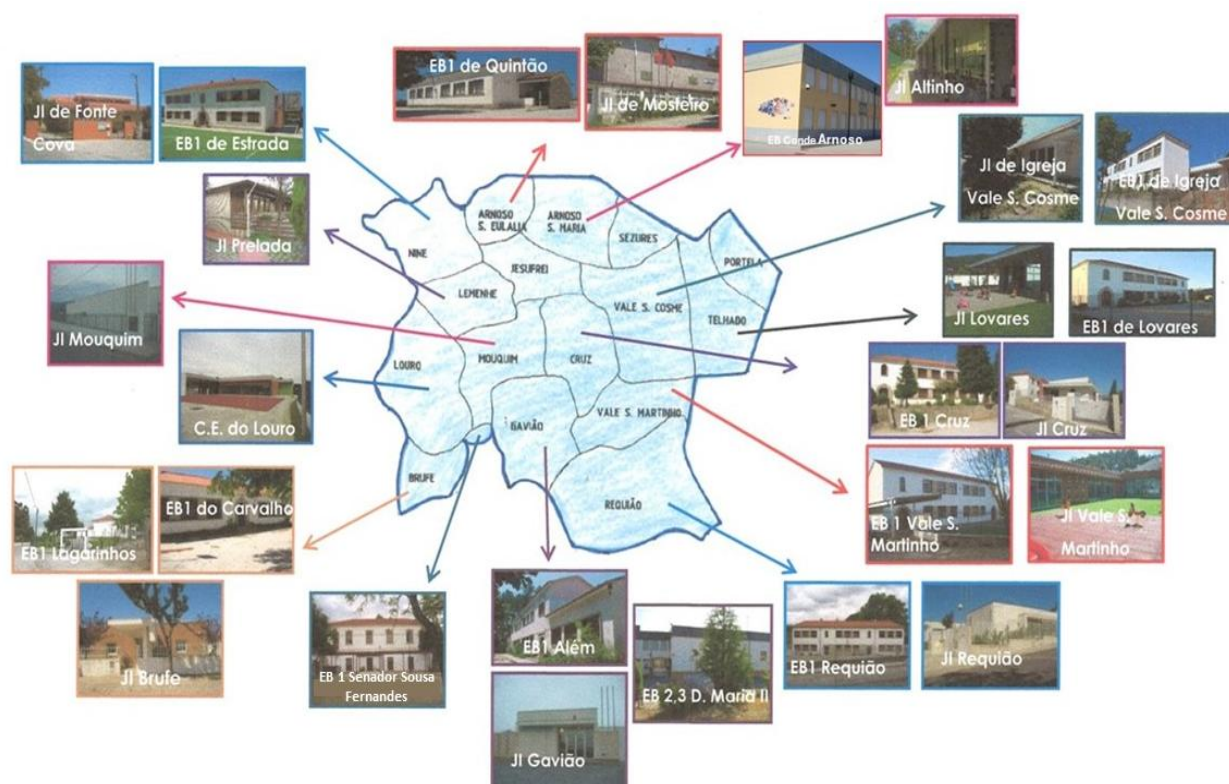


Figura 1- Território de intervenção e estabelecimentos que constituem o AE D. Maria II

O AE D. Maria II, enquanto unidade orgânica é composto pelos seguintes estabelecimentos de ensino:

- Escola Básica D. Maria II, Gavião - Escola Sede do Agrupamento (2º e 3º CEB)
- Escola Básica Conde de Arnoso, Arnoso Sta. Maria (1º, 2º e 3º CEB)
- Centro Escolar do Louro, Mouquim e Lemenhe (Pré-Escolar e 1º CEB)
- Escola Básica de Nine (1º CEB)
- Escola Básica de Quintão, Arnoso Sta. Eulália (1º CEB)
- Escola Básica de Telhado (1º CEB)
- Escola Básica de Vale de S. Martinho (1º CEB)
- Escola Básica de Vale S. Cosme (1º CEB)
- Escola Básica de Requião (1º CEB)
- Escola Básica de Gavião (1º CEB)
- Escola Básica de Lagarinhos, Brufe (1º CEB)
- Escola Básica de Carvalho, Brufe (1º CEB)
- Escola Básica Senador Sousa Fernandes, Mões (1º CEB)
- Escola Básica de Cruz (1º CEB)

Jardim de Infância de Altinho, Arnoso Sta. Maria (Pré-Escolar)

Jardim de Infância de Brufe (Pré-Escolar)

Jardim de Infância de Nine (Pré-Escolar)

Jardim de Infância de Mosteiro, Arnoso Sta. Eulália (Pré-Escolar)

Jardim de Infância de Arnoso Sta. Maria (Pré-Escolar)

Jardim de Infância de Fonte, Telhado (Pré-Escolar)

Jardim de Infância de Cruz (Pré-Escolar)

Jardim de Infância de Vale S. Martinho (Pré-Escolar)

Jardim de Infância de Vale S. Cosme (Pré-Escolar)

Jardim de Infância de Requião (Pré-Escolar)

Jardim de Infância de Mouquim (Pré-Escolar)

2.1. População escolar e contexto socioeconómico

No ano letivo de 2024/2025 o Agrupamento de Escolas D. Maria II é frequentado por um total de 2610 alunos, distribuídos por quatro níveis de escolaridade, tal como se pode observar no gráfico da figura 2. Apenas o 1º ciclo tem registado, nos últimos anos letivos, uma tendência de crescimento mais significativa.

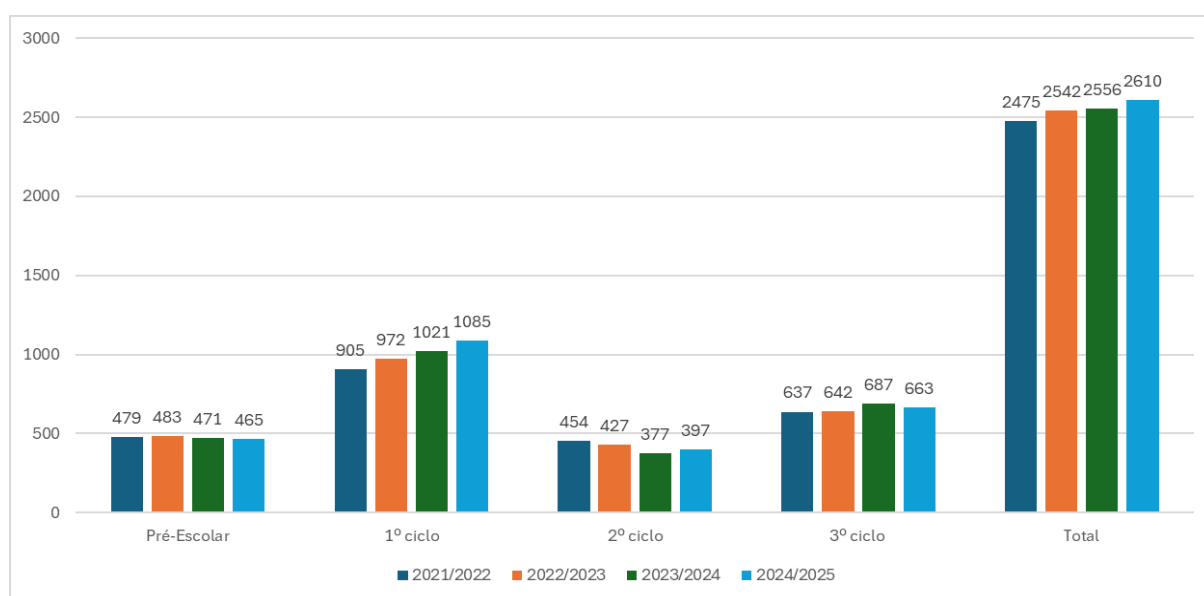


Figura 2 - Evolução do número de alunos matriculados no AE D. Maria II

No pré-escolar, o número de crianças tem vindo a diminuir desde 2022/2023, ainda que de forma pouco significativa. Todavia, devido a especificidades associadas à inclusão de alunos com necessidades educativas e também ao facto de a tendência de diminuição do número de crianças não ser igual em todas as freguesias da área de intervenção do Agrupamento, existe

atualmente mais um grupo de crianças na educação pré-escolar (ver figura 3).

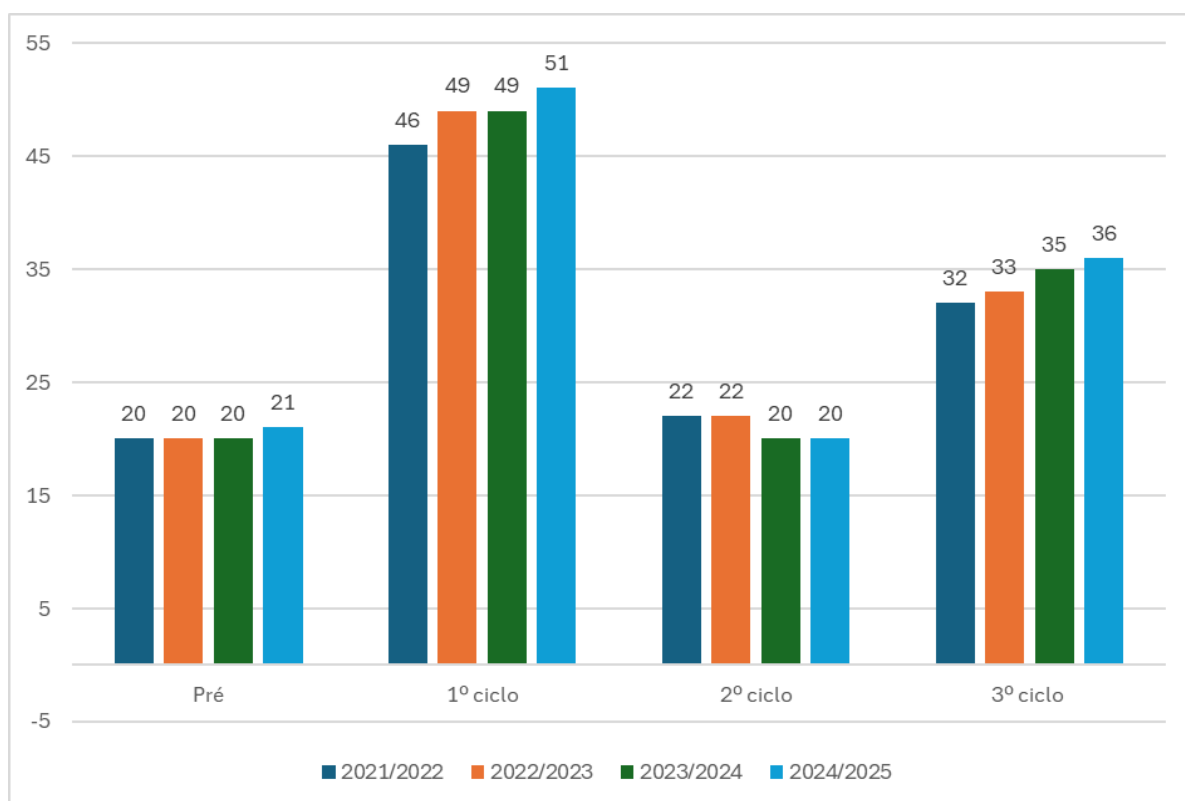


Figura 3 - Evolução no número de grupos/turmas no AE D. Maria II, por nível de ensino.

No 1º ciclo, existem mais 180 alunos matriculados em 2024/2025 do que há quatro anos letivos, o que se traduz num aumento de 5 grupos/turmas, relativamente ao ano letivo 2021/2022. Esta situação está devidamente ilustrada na figura 3.

No 2º ciclo, no presente ano letivo (2024/2025), inverteu-se a tendência de diminuição do número de alunos, registando-se mais 20 alunos do que no ano letivo anterior. Contudo, o número de turmas do 2º ciclo tem-se mantido nos últimos anos letivos (20 turmas).

No 3º ciclo, apesar de haver em 2024/2025 menos alunos matriculados do que no ano letivo anterior, o Agrupamento tem observado uma evolução positiva no número de turmas, uma vez que a dimensão das mesmas tem sido, em muitos casos, reduzida, devido à presença de alunos que beneficiam de medidas multinível (seletivas e/ou adicionais) de suporte à aprendizagem e à inclusão e que, como tal, requerem uma adequação na dimensão das turmas.

2.1.1. Indicadores de vulnerabilidade social

O contexto socioeconómico dos alunos que frequentam o AE D. Maria II, tomando como indicadores a percentagem de alunos que usufruem de escalão A da Ação Social Escolar (ASE) e a média de anos de escolaridade dos pais, pode ser considerado de “Nível 2”, intermédio entre

o mais desfavorecido e o mais favorecido.

Face aos dados apresentados na tabela 1, relativos ao número de alunos que beneficiam de ASE, pode inferir-se uma ligeira diminuição no número de alunos apoiados, pelo que, ainda que este indicador tenha limitações associadas, pode ser indicativo de uma ligeira melhoria nas condições de vida dos alunos que frequentam o Agrupamento.

Tabela 1 - Dados sobre alunos que beneficiam de apoio da Ação Social Escolar (ASE)

Escala	Pré-Escolar			1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo		
	22/23	23/24	24/25	22/23	23/24	24/25	22/23	23/24	24/25	22/23	23/24	24/25
A	11	11	29	50	17	81	59	52	32	103	63	39
B	35	35	52	90	50	116	64	62	34	92	102	58
Total	46	46	81	140	67	197	123	114	66	195	165	97

Apesar de se tratar de um contexto educativo com alguma vulnerabilidade social, os indicadores de equidade do Agrupamento são bastante satisfatórios, de acordo com dados do Portal Infoescolas (p.e., <https://infoescolas.medu.pt/3Ciclo/>). A diferença entre a percentagem de alunos com apoio ASE que concluem o 3º ciclo do ensino básico dentro do tempo normal e a percentagem média nacional de percursos de sucesso (calculada com os alunos do país com um perfil semelhante ao dos alunos do agrupamento) tem sido sempre superior.

A percentagem de alunos do Agrupamento com apoio ASE que tem concluído cada nível de ensino nos anos correspondentes, tem sido sempre superior a 90% e igualmente superior à observada no resto do país, para alunos com idêntico perfil socioeconómico.

Tendo em conta que os dados do Portal Infoescolas não incluem, ainda, os resultados alcançados nos anos letivos mais recentes, são já um indicador bastante encorajador sobre a qualidade do trabalho que tem vindo a ser realizado no AE D. Maria II, em termos de equidade e inclusão.

2.1.2. Evolução da nacionalidade dos alunos que frequentam o AE D. Maria II

Com base nos dados biográficos dos alunos extraídos da plataforma INOVAR foi construída a tabela 2, onde se pode observar que o número de alunos de nacionalidade portuguesa que frequentam o AE D. Maria II tem-se mantido praticamente constante nos últimos anos letivos, pelo que o aumento observado no número de alunos matriculados se deve, essencialmente, ao crescente número de alunos migrantes.

Tabela 1- Nacionalidade de origem dos alunos que frequentam o AE D. Maria II

País de origem	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25
África do Sul	1	1	1	1
Alemanha	4	4	1	
Andorra	11	1	1	1
Angola	5	3	9	11
Argentina		1	5	3
Bélgica			1	2
Brasil	67	103	148	169
Burkina Faso				1
Cabo Verde	1	1	1	1
Canadá	2	2		1
Colômbia		3	3	3
Cuba				1
Espanha	3	3	1	1
Estados Unidos da América	1	1	3	3
Filipinas	2	1	1	1
França	10	14	15	17
Guiné-Bissau		1	1	1
Guiné-Conacri	1	1	1	1
Honduras			1	1
Índia		1	1	1
Irão			1	
Itália		1		
Luxemburgo	3	2	3	3
Mónaco			1	1
Namíbia			1	1
Panamá	1	1		
Polónia			1	1
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	9	10	2	3
São Tomé e Príncipe	1	5	5	3
Suíça	16	17	9	11
Ucrânia	14	12	11	12
Venezuela	4	3	5	5
Portugal	2346	2350	2349	2368

Observam-se, essencialmente, alunos com origem na Ucrânia, em países da América Latina (Venezuela, Argentina, Colômbia, Honduras, entre outros), da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com grande destaque para o Brasil e, mais recentemente, da região da Índia, do Paquistão ou do Irão. No caso destes últimos, ainda que com menos expressão do que no caso da América Latina, é esperada uma tendência de crescimento. No caso do Brasil, sendo o país de origem mais representado e, ainda que os alunos sejam falantes de português, verifica-se um grande desfasamento ao nível das aprendizagens realizadas, quando os alunos ingressam em anos e/ou níveis de ensino não iniciais.

Estes alunos, muitos deles não falantes de português, têm vindo a ser apoiados de forma mais particular, pelo que o Agrupamento tem alocado recursos para Português Língua Não Materna, uma vez que estes alunos necessitam de vencer, em primeiro lugar, a barreira da língua para poderem ter sucesso nas restantes áreas. Porém, face ao crescente número de alunos, esta medida necessita de ser melhor ajustada, para que se possa atender às suas necessidades de forma mais eficaz.

2.1.3. Evolução da aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

Para atender ao preconizado no Decreto-Lei nº 54/2018 de 6 de julho, têm sido mobilizadas no AE D. Maria II as necessárias medidas de suporte à aprendizagem e inclusão. Atendendo a população escolar do Agrupamento tem vindo a aumentar é expectável que o número de alunos com medidas mobilizadas, para apoiar a aprendizagem e a inclusão, esteja também a registar um aumento. Desta feita, pela análise da informação no gráfico da figura 4, observa-se que em todos os níveis de ensino, as medidas de apoio e suporte à aprendizagem e à inclusão que mais são mobilizadas, são as universais, em particular nos 1º e 3º ciclos. A aplicação de tais medidas é monitorizada, em cada período letivo, pelos educadores de infância, docentes titulares de turma/diretores de turma e pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), aferindo-se sobre a sua eficácia e adequação.

Este aumento observado no número de medidas mobilizadas para suporte à aprendizagem e à inclusão é também um indicador das crescentes dificuldades que o Agrupamento enfrenta, no sentido de rentabilizar os recursos disponíveis para proporcionar a todos os alunos o apoio e as respostas mais adequadas para atender às suas potencialidades e necessidades.

Um aspeto relevante a destacar prende-se com o facto de se ter observado uma maior

mobilização de medidas universais ao longo dos últimos anos, em particular no 1º ciclo, o que acompanha a tendência observada nos dados do Portal Infoescolas (disponível em: <http://infoescolas.medu.pt/?code=UO151075&nivel=1>) para os indicadores relativos à equidade, ou aos percursos de sucesso, isto é, ao aumento observado no número de alunos que concluíram cada ciclo do ensino básico dentro do tempo previsto/esperado, que a partir de 2021/2022 passou a ser superior aos valores nacionais (para contextos idênticos).

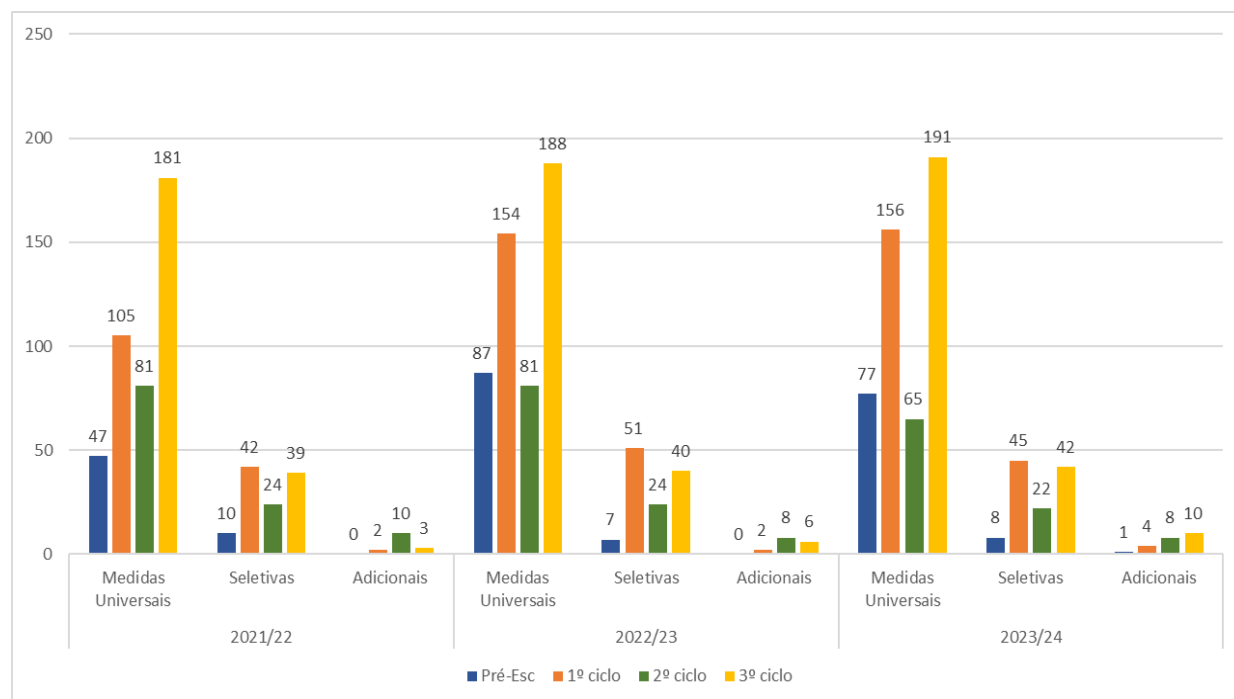


Figura 4 - Evolução na aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e inclusão

A EMAEI constitui um recurso organizacional específico de apoio à aprendizagem, tendo em vista uma leitura alargada, integrada e participada de todos os intervenientes no processo educativo.

2.2. Recursos Humanos

O número de docentes a exercer funções no AE D. Maria II tem acompanhado o ligeiro aumento observado no número de alunos, verificando-se no presente ano letivo, 2024/2025, um maior número de docentes do quadro (ver figura 5).

Relativamente ao número de assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores, este tem-se mantido mais ou menos estável nos últimos anos. Tendo em conta a dispersão em termos de número de estabelecimentos de ensino e jardins de infância, são necessários mais recursos humanos, em particular assistentes operacionais.

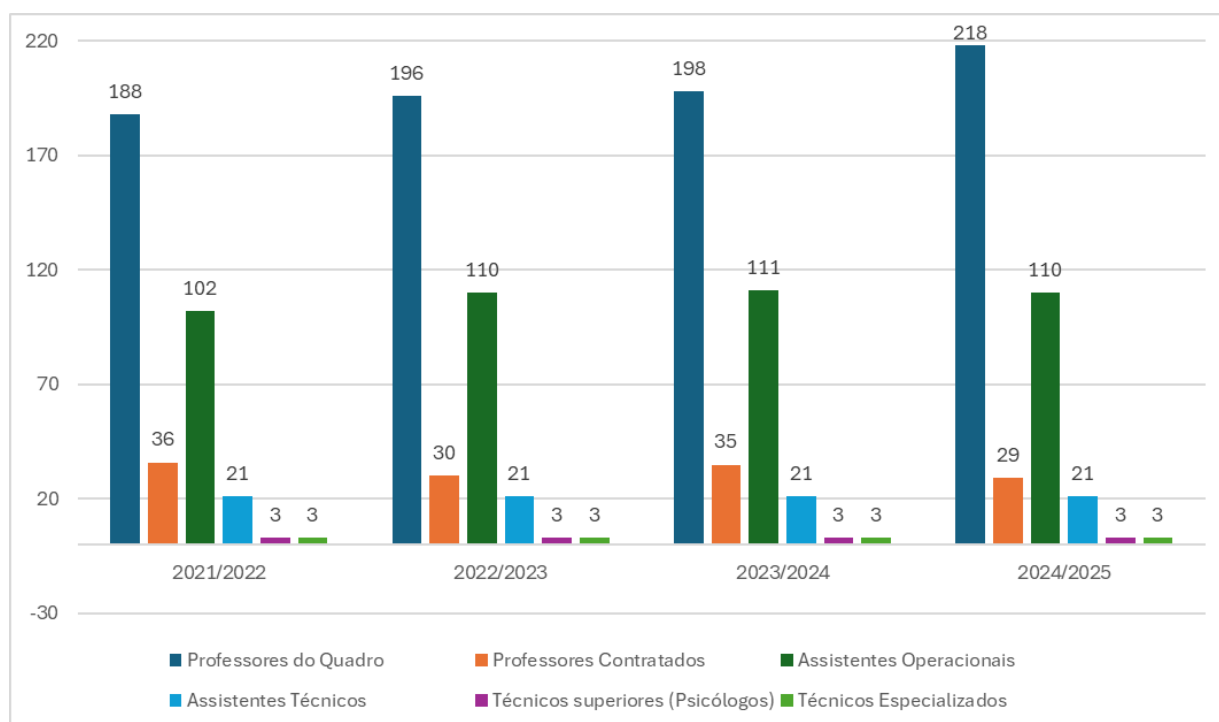


Figura 5 - Evolução dos recursos humanos do AE D. Maria II

Os técnicos superiores que exercem funções no Agrupamento, são 3 psicólogos que integram o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO): duas com horário completo e uma com meio horário. Uma das técnicas pertence ao quadro, outra está colocada no âmbito do POCH e outra, foi colocada no âmbito do Programa de Promoção do Sucesso Escolar (PPSE) - Plano de desenvolvimento, pessoal, social e comunitário (PNPSE).

Tendo em conta as necessidades dos alunos do agrupamento, do corpo docente fazem parte 8 docentes de educação especial que asseguram o apoio especializado, colaboram na definição de estratégias e asseguram o acompanhamento da diversificação curricular. Os docentes da educação especial, de acordo com o definido no artigo 11º do Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho, são os recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão. São eles os dinamizadores, articuladores e especialistas em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem, que apoiam a implementação de medidas adicionais que requerem a sua intervenção enquanto recursos especializados.

Para atender às potencialidades e necessidades de todos os alunos, é importante a alocação de recursos humanos às estruturas organizacionais específicas para o apoio à aprendizagem e à inclusão, em particular à Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) e ao Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA).

A EMAEI, em conformidade com o artigo 12º do Decreto-Lei 54/2018, é composta por

elementos permanentes e por elementos variáveis. No AE D. Maria II, são elementos permanentes da EMAEI: um dos docentes que coadjuva a diretora do agrupamento de escolas; o coordenador do departamento de educação especial; o coordenador do departamento do pré-escolar; o coordenador do departamento do 1º ciclo; a coordenador de projetos; e um psicólogo que exerce funções no agrupamento.

Por seu turno, o CAA é uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola, que, de acordo como definido no artigo 13º do Decreto-Lei 54/2018, colabora com os demais serviços e estruturas da escola, para atender à diversidade de necessidades e potencialidades de todos e cada um dos alunos. A ação educativa promovida pelo CAA insere-se no contínuo de respostas educativas asseguradas pela escola, sendo subsidiária da ação desenvolvida na turma do aluno, convoca a intervenção de todos os agentes educativos, nomeadamente os docentes de educação especial.

De acordo com o ponto 7 do artigo 13º do Decreto-Lei 54/2018 de 6 de julho, integrados nas múltiplas respostas do CAA, compete-lhe a função de coordenar toda a ação educativa que responda às necessidades dos alunos que usufruem de medidas universais, seletivas e adicionais suporte à aprendizagem e inclusão. De acordo com as alíneas b), d) e e) do n.º 4, do artigo 10.º do Decreto-Lei 54/2018, cabe ao CAA a rentabilização dos recursos existentes no Agrupamento.

A ação do CAA estende-se por vários espaços escolares, de acordo com as necessidades dos alunos, em função do tipo de trabalho a desenvolver, do tipo de recursos/valências e das áreas específicas, onde é possível prestar aos alunos um apoio mais personalizado ou individualizado.

A partir do Centro de Apoio à Aprendizagem, orientam-se e organizam-se as necessárias respostas que complementam o trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos, com vista à inclusão de todos os alunos. O CAA do AE D. Maria II, constitui-se como uma estrutura plural e agregadora dos recursos humanos e materiais, mobilizando para a inclusão os saberes e competências existentes no agrupamento, valorizando as experiências de todos.

Outra estrutura com um papel muito importante no contexto educativo, é a Biblioteca Escolar, na medida em que, contribui para o desenvolvimento de “um ambiente propício à aprendizagem e ao desenvolvimento de competências, onde os alunos adquirem as múltiplas literacias que precisam de mobilizar”, tal como preconizado no Perfil dos Alunos à Saída da

Escolaridade Obrigatória. No caso do AE D. Maria II, existem em funcionamento seis Bibliotecas Escolares, às quais estão alocados três professores bibliotecários e respetivos assistentes operacionais. As Bibliotecas Escolares do agrupamento situam-se nos seguintes estabelecimentos: EB D. Maria II, EB Conde de Arnoso, EB de Requião, EB de Vale de S. Cosme; EB de Nine; Centro Escolar do Louro, Mouquim e Lemenhe.

A Biblioteca Escolar pode, através dos instrumentos de que dispõe, dar um contributo significativo e imprescindível para a reconfiguração que se pretende para a escola nos dias de hoje.

2.2. Estrutura organizacional e funcional do AE D. Maria II

O modelo organizacional do AE D. Maria II estrutura-se de acordo com o regime jurídico de autonomia, administração e gestão escolar (Despacho Normativo n.º 10-A/2015 de 19 de junho; Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho), tal como se apresenta no organograma que se segue (figura 6).

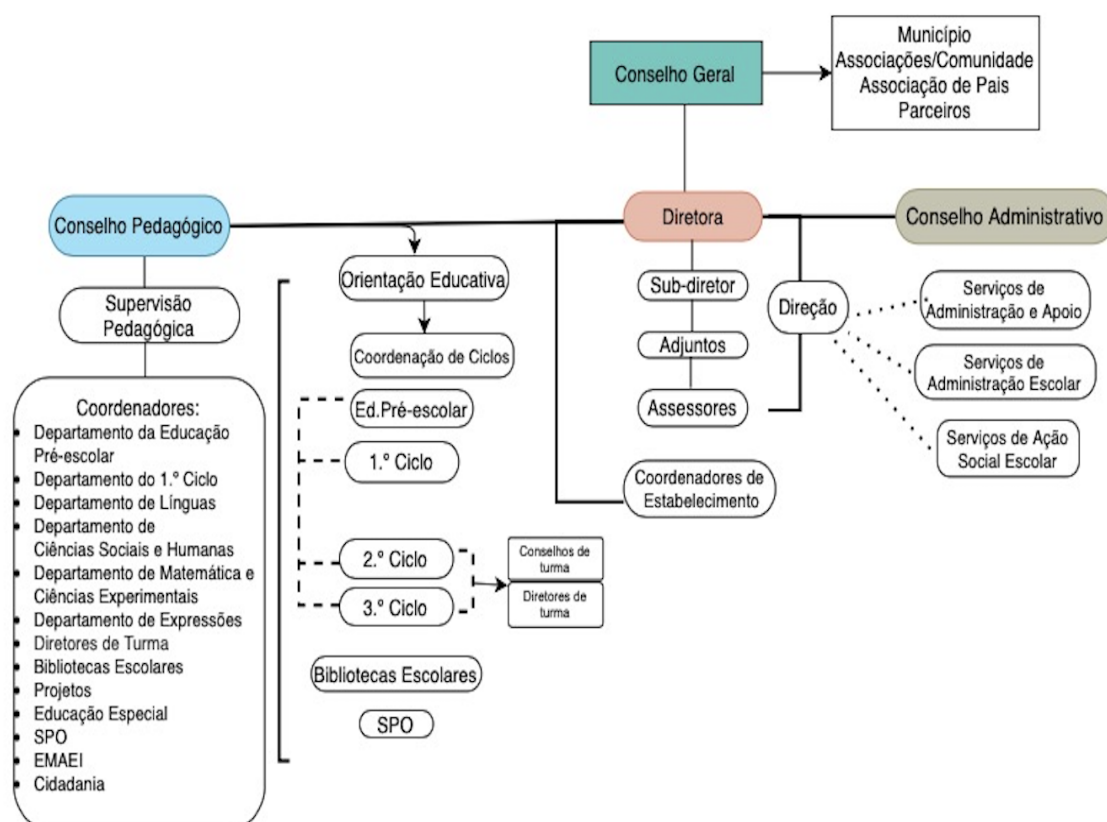


Figura 6 - Organograma do AE D. Maria II

2.3. Opções Curriculares Estruturantes

Assumindo como objetivo central a melhoria das aprendizagens e o sucesso educativo de todos e de cada um, orientam este Projeto Educativo, o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO); a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC); as Aprendizagens Essenciais (AE), as Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar (OCEP); o Plano Nacional das Artes (PNA); o Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital (PADDE). A integração das tecnologias digitais nas rotinas do AE D. Maria II, tanto a nível pedagógico, como a nível organizacional, visam, acima de tudo, agilizar os processos e procedimentos, assim como a criação de uma escola inclusiva onde todos encontrem oportunidades para aprender e melhores condições para se realizarem plenamente.

Da oferta formativa e curricular do AE D. Maria II constam uma série de atividades e projetos que visam o acesso de todos os alunos ao currículo, em particular nas suas dimensões local e regional, e que complementam o trabalho dinamizado na sala de aula. Deste modo, são oferecidas aos seus alunos mais oportunidades para que possam efetivamente desenvolver as desejáveis competências, atitudes e valores essenciais à sua formação integral.

Quadro 1 - Oferta Curricular (contexto formal)

Nível de Ensino	Atividades integradas no currículo “formal” semanal
Pré Escolar	Ciência Viva
1.º Ciclo	Música (CCM) Desporto Ciência Viva Oferta Complementar: Cidadania PLNM
2.º Ciclo	Ensino Articulado: Música, Teatro e Dança PLNM
3.º Ciclo	Ensino Articulado: Música, Teatro e Dança PLNM

No AE D. Maria II, para além das atividades e projetos integrados no currículo dos alunos, desenvolvem-se, também, um conjunto de atividades e projetos de enriquecimento curricular, com vista à sua formação integral. Algumas destas atividades e projetos (ver figura 8), muitos deles de âmbito nacional e internacional constituem-se já como uma marca distintiva do Agrupamento, como é o caso do Desporto Escolar, do Erasmus, do *eTwinning*, da integração na

Rede Nacional de Clubes Europeus, dos Clubes Ciência Viva na Escola (CCVnE), do Eco-Escolas, do Plano Nacional de Cinema (PNC), do Plano Cultural de Escola (PCE) ou dos Desafios Seguranet, apenas para citar o envolvimento em projetos de âmbito nacional e internacional, que aparecem referenciados como uma mais-valia do trabalho do agrupamento no Portal Infoescolas (e.g., <https://infoescolas.medu.pt/3Ciclo/> no separador “Selos e Projetos”).

Além destes projetos de referência, no AE D. Maria II têm vindo a ser dinamizados muitos outros, que contam com um grande envolvimento por parte dos alunos e/ou da comunidade, como é o caso do Plano Nacional de Leitura (PNL), Clube de Robótica, Parlamento dos Jovens, Orçamento Participativo de Escola (OPE), Hypatiamat, Mais Cidadania, Programa de Promoção e Educação para a Saúde e Sexualidade (PPESS), entre outros. Todos estes projetos permitem assegurar um currículo integrador e constituem-se como fonte de aprendizagem e de desenvolvimento de competências pelos alunos, tal como preconizado no Decreto-Lei 55/2018 de 6 de junho.



Figura 7 - Projetos/Programas nacionais e internacionais dinamizados no AE D. Maria II

2.4. Parcerias / Protocolos

O AE D. Maria II estabeleceu protocolos e parcerias, com diversas entidades, quer no domínio da cooperação institucional ou do enriquecimento curricular, quer no âmbito da formação em contexto de trabalho, da transição para a vida ativa, como se ilustra na figura 9. Os protocolos foram estabelecidos com o Município de Vila Nova de Famalicão, com as Juntas de Freguesia, com Universidades (U. Minho; U. Lusíada; U. Porto), com Institutos Politécnicos (P. Porto), com Centros de Investigação, com IPSS, entre outras instituições que apoiam o Agrupamento na implementação de atividades e projetos que contribuem para o desenvolvimento e enriquecimento das aprendizagens dos alunos.



Figura 8 - Entidades parceiras do AE D. Maria II

3. Visão, Missão Estratégica e Valores

3.1. Visão

O AE D. Maria II pretende ser uma escola de referência na promoção de uma educação de qualidade, comprometida com a equidade e a inclusão. Aspiramos criar um ambiente onde todos os alunos, independentemente das suas origens ou dificuldades, tenham oportunidades de sucesso e de desenvolvimento integral, focando-se na construção de competências que lhes permitam participar ativamente na sociedade.

O Agrupamento tem como visão fazer da diversidade uma oportunidade para aprender a ser, a pensar e a agir, progredindo para além da mera tolerância superficial e construindo os alicerces de uma verdadeira inclusão, no respeito pelas individualidades.

3.2. Missão

A missão do AE D. Maria II é garantir que todos os alunos, independentemente das suas necessidades específicas ou contextos socioeconómicos, tenham acesso a uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa. Acreditamos na centralidade da pessoa e na dignidade humana, pelo que é na base desses valores que estruturamos o nosso compromisso educativo.

Assim, comprometemo-nos a:

- i) Assegurar condições pedagógicas e sociais para que todos os alunos possam alcançar o seu máximo potencial, sempre no respeito pelas diferenças e buscando o sucesso de todos.
- ii) Fomentar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, reconhecendo as várias formas de aprender e garantindo que nenhum aluno fique para trás, especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade.
- iii) Colocar a aprendizagem no centro do processo educativo, assegurando que o aluno tem um papel ativo e interventivo no processo de construção de saberes e competências que possibilitem a sua formação integral, na busca por um modelo de educação mais sustentável.
- iv) Promover uma cultura de acolhimento e respeito pela diversidade cultural,

ajudando os alunos a superar barreiras linguísticas, sociais e culturais, reforçando o sentido de pertença e o respeito mútuo.

- v) Dar aos alunos a oportunidade de construírem socialmente um quadro de valores pelos quais se pauta a cultura escolar do Agrupamento: responsabilidade, liberdade, excelência, curiosidade, reflexão, inovação, cidadania e participação ativa.

A nossa missão é formar cidadãos conscientes, capazes de enfrentar os desafios de um mundo em constante mudança, comprometidos com a transformação social e com o desenvolvimento sustentável.

As palavras-chave da missão do AE D. Maria II são inclusão e a equidade, com particular atenção às necessidades dos alunos em situação de vulnerabilidade, como é o caso dos alunos migrantes que representam, hoje, uma realidade cada vez mais significativa, exigindo respostas pedagógicas e sociais que respeitem a diversidade, promovendo a sua plena integração e sucesso escolar.

A nova realidade do Agrupamento requer uma abordagem pedagógica diferenciada, com foco na superação das barreiras linguísticas e culturais, assegurando que estes alunos tenham acesso equitativo a uma educação de qualidade e a condições que favoreçam a sua inclusão e desenvolvimento pleno.

Tradicionalmente, o AE D. Maria II tem como missão a formação integral e humanista dos seus alunos, agora com um foco renovado na valorização da diversidade e na superação de barreiras, garantindo uma educação de qualidade para todos.

3.3. Valores

Os valores que norteiam a atuação do AE D. Maria II são pilares fundamentais para a promoção de uma educação inclusiva, equitativa e de excelência. Estes princípios orientam todas as práticas pedagógicas e organizacionais, refletindo o compromisso em oferecer a cada aluno as melhores oportunidades para alcançar o sucesso escolar e pessoal.

Através deste quadro de valores, promovemos um ambiente onde o respeito pela diversidade, a participação ativa e a responsabilidade social se entrelaçam, criando as condições para o desenvolvimento integral de cidadãos preparados para enfrentar os desafios de uma sociedade global e em constante transformação. Assim, enunciamos os seguintes valores:

- i) **Equidade:** garantir que todos os alunos, especialmente aqueles em situação mais vulnerável, tenham acesso aos mesmos recursos e oportunidades para alcançar o sucesso.
- ii) **Inclusão:** promover uma escola verdadeiramente inclusiva, onde a diversidade cultural, social e cognitiva seja vista como uma mais-valia e onde cada aluno se sinta acolhido, apoiado e valorizado.
- iii) **Qualidade:** assegurar um ensino de excelência, que se adapta às necessidades de cada aluno, fornecendo-lhes o apoio necessário para superarem os seus desafios e desenvolverem competências essenciais.
- iv) **Cidadania e Respeito:** formar cidadãos responsáveis e tolerantes, capazes de conviver na diversidade, aceitar ativamente as diferenças e contribuir para uma sociedade mais justa e solidária.
- v) **Responsabilidade Social:** trabalhar em parceria com a comunidade educativa, de modo a criar um ambiente de colaboração ativa e envolvimento direto no sucesso educativo dos alunos, com especial atenção aos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Ao formar cidadãos conscientes e responsáveis, comprometidos com o bem-estar social, procuramos encorajar os alunos a desenvolverem valores pelos quais se pauta a cultura da escola, em particular, a responsabilidade, autonomia, excelência e exigência, curiosidade, reflexão e inovação, cidadania e participação.

4. Diagnóstico estratégico

Para realizar o diagnóstico estratégico recorreu-se a um conjunto diversificado de ferramentas e fontes de dados que permitiram uma análise abrangente e precisa das áreas a serem trabalhadas e melhoradas. O processo incluiu a aplicação de questionários à comunidade, a revisão dos relatórios de autoavaliação dos anos anteriores, os dados do questionário SELFIE¹ aplicados em 2021/2022 e 2023/2024, as análises SWOT² elaboradas anualmente no âmbito da monitorização do anterior Projeto Educativo do Agrupamento, bem como a análise de dados provenientes do portal InfoEscolas.

Também foram tidas em linha de conta, todas as recomendações produzidas pela Equipa de Autoavaliação do Agrupamento nos relatórios de monitorização realizados trimestralmente no período de vigência do anterior Projeto Educativo do Agrupamento. A Equipa de Autoavaliação implementou todas as estratégias e ferramentas de recolha de dados já enunciadas, para ajudar no diagnóstico de partida para reformulação do Projeto Educativo do Agrupamento.

Para ter acesso à voz dos atores, constituíram-se grupos focais com alunos, encarregados de educação, docentes e não docentes, socorrendo-nos dos elementos que fazem parte do Conselho Alargado de Autoavaliação do Agrupamento, composto por: representantes dos alunos do 4º ano de todas as escolas do AE D. Maria II; alunos representantes de cada ano de escolaridade dos 2º e 3º ciclos (Escolas Básicas Conde de Arnoso e D. Maria II); representantes dos encarregados de educação de crianças a frequentar o Pré-Escolar, encarregados de educação de alunos de todos os anos de escolaridade; representantes do corpo docente de todos os níveis de ensino; representantes do pessoal não docente, a exercer funções nas várias escolas do agrupamento.

A composição do Conselho Alargado consta do Referencial de Autoavaliação do AE D.

¹ SELFIE («Self-reflection on Effective Learning by Fostering the use of Innovative Educational technologies» [Autorreflexão sobre a aprendizagem eficaz através da promoção da utilização de tecnologias educativas inovadoras]) é uma ferramenta que permite fazer o diagnóstico das organizações educativas. Recolhe, de forma anónima, as opiniões de alunos, professores e dirigentes escolares, com recurso a breves afirmações e perguntas, numa escala de 1 a 5. Cada escola recebe um relatório interativo «feito à medida» com dados detalhados sobre os seus pontos fortes e pontos fracos nas várias áreas definidas no DigiCompOrg (Quadro Europeu de Competências Digitais para as Organizações Escolares).

²Análise SWOT é uma ferramenta de gestão que se baseia no estudo das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças a uma situação ou organização. O acrónimo SWOT deriva do Inglês e significa: Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

Maria II, que norteia toda a estratégia de monitorização, incluindo a do Projeto Educativo, conforme se explora mais detalhadamente na secção 6, a respeito dos documentos de operacionalização e extensão do Projeto Educativo.

Nas sessões com o grupo focal, a Equipa de Autoavaliação auscultou os participantes sobre as áreas onde a mudança seria mais premente e partilhou com eles um primeiro esboço dos objetivos e metas do novo projeto educativo, para que fossem apropriados por todos e a formulação final tivesse em conta os seus contributos e sugestões.

O Conselho Alargado de Autoavaliação foi constituído pela Equipa de Autoavaliação no ano letivo 2023/2024, com o objetivo de melhorar a participação e tornar o processo de auscultação da comunidade mais abrangente. Deste modo, com o envolvimento dos elementos do Conselho Alargado de Autoavaliação é possível ter a visão e a voz dos diferentes atores sobre a realidade escolar, comunicar melhor sobre os resultados alcançados e refletir conjuntamente na busca por soluções para os problemas diagnosticados.

Os encarregados de educação valorizaram o facto de a nova versão do projeto educativo valorizar as aprendizagens em contexto não formal, a educação pelas artes e o desenvolvimento pessoal, e não apenas as aprendizagens formais dos conteúdos disciplinares. Foi igualmente destacado o facto de se incluírem objetivos e metas que visam a formação integral dos alunos. A este respeito destaca-se a intervenção de uma encarregada de educação que enfatizou terem sido:

[...] “definidas [para incluir nesta versão do Projeto Educativo] áreas prioritárias de intervenção, nomeadamente, ao nível da avaliação pedagógica, pois há uma necessidade clara de desenvolver formas mais eficazes de aferir sobre o desenvolvimento de conhecimentos, competências, atitudes e valores, nas quais os alunos tenham um maior envolvimento, tendo em vista o desejável sucesso e uma crescente autonomia, enquanto facilitam o acompanhamento contínuo do progresso dos alunos e, simultaneamente permitem ajustar, em cada momento, as práticas implementadas, em função das necessidades”.

Foi, ainda, reconhecido o reforço da colaboração entre os docentes, outra das áreas de intervenção estratégica nesta nova versão do Projeto Educativo, como sendo essencial uma cultura de partilha de boas práticas e de trabalho em equipa, que enriqueça o ambiente pedagógico. Relativamente ao facto de, na versão preliminar, debatida na reunião do Conselho Alargado, estarem já contemplados objetivos, atividades e metas que visam reforçar a

importância da vivência de projetos e atividades interdisciplinares, que permitam desenvolver múltiplas competências nos alunos e ajudá-los a alcançar a compreensão de conceitos complexos, foi igualmente enaltecido pelos presentes.

Os docentes, presentes em grupo focal, destacaram, à semelhança do que haviam feito os encarregados de educação, o facto de esta versão do documento discutida na reunião, valorizar mais as artes e a educação pelas artes. A proposta de se incluir um quadro de mérito artístico, por exemplo, foi uma das que colheu mais elogios pelos presentes, precisamente porque mostra que são valorizadas todas as áreas. Esta valorização das artes e da educação pelas artes, está em linha com as atuais tendências pedagógicas, como é o caso da educação STEAM³.

No grupo focal realizado com os alunos, a reunião foi orientada no sentido de recolher as suas opiniões sobre cada uma das áreas prioritárias de intervenção, procurando alcançar as suas perceções sobre os objetivos e metas definidos para as dimensões pedagógica, organizacional e relação com a comunidade. Assim, as propostas dos alunos demonstraram estar em linha com as dos demais membros da comunidade educativa, na medida em que apontaram para a necessidade da adoção de práticas de avaliação pedagógica diversificadas, com recurso a instrumentos de recolha de informação para além da testagem.

No âmbito da relação com a comunidade, os alunos mostraram-se disponíveis para colaborar, de forma ativa, na dinamização de atividades e projetos, nas áreas da solidariedade, sustentabilidade e cidadania, como por exemplo campanhas e assembleias, promotoras da sua intervenção cívica.

Os alunos mostraram, ainda, vontade de participar em atividades desenvolvidas em contextos que estejam para além da sala de aula (p.e., aulas ao ar livre, saídas de campo ao meio envolvente, entre outras).

Além dos métodos de recolha de dados já referidos, foram aplicados questionários à comunidade educativa (alunos, encarregados de educação, professores e pessoal não docente). As taxas de resposta foram significativas, na medida em que responderam aos questionários 292 alunos, 118 docentes, 850 encarregados de educação e 13 elementos do corpo não docente do agrupamento.

³ Educação STEAM é uma abordagem pedagógica transdisciplinar onde os alunos trabalham, de forma integrada e equivalente, as áreas da Ciência (*"Science"*), Tecnologia (*"Technology"*), Engenharia (*"Engineering"*), Artes (*Arts*) e Matemática (*"Mathematics"*).

A aplicação de questionários direcionados a diferentes grupos da comunidade escolar (professores, alunos, encarregados de educação e não docentes) forneceu uma visão geral sobre as perceções e expectativas de cada parte envolvida. Esses questionários ajudaram a identificar as áreas mais sensíveis e as necessidades de formação e melhoria.

Tendo em conta as respostas aos questionários, orientadas em torno das três áreas prioritárias de intervenção já identificadas por outros instrumentos de recolha de informação, para a maioria das questões, as percentagens de respostas em concordância e concordância total (pontuações 4 e 5 da escala de *Likert* adotada, situam-se acima dos 50% em todos os universos. Os resultados podem ser consultados nos apêndices deste documento, acedendo digitalmente através do link disponibilizado.

As respostas aos questionários vieram consolidar os resultados obtidos pelos demais instrumentos e aportaram maior significância estatística, na medida em que houve o envolvimento de mais elementos e agentes da comunidade educativa.

Os relatórios de autoavaliação dos anos anteriores foram outra fonte valiosa de informação. Ao analisar esses documentos, conseguimos identificar padrões e tendências ao longo do tempo, como áreas cuja evolução não tem sido tão significativa e que precisam, eventualmente, de uma intervenção mais robusta.

O questionário SELFIE foi utilizado como uma ferramenta específica para avaliar a integração das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem. Trata-se de um instrumento de avaliação organizacional, validado e utilizado à escala europeia. Através dele, foi possível identificar o nível de competência digital da escola e destacar a necessidade de capacitar tanto alunos quanto professores no uso pedagógico das ferramentas tecnológicas, em particular no reforço da colaboração, na avaliação pedagógica e na produção de recursos.

Comparando a evolução da escola em termos de resultados do questionário SELFIE, entre a aplicação de 2020/21 e 2023/24, registaram-se melhorias em todas as áreas:

- Liderança - papel da liderança na integração das tecnologias digitais na escola e sua utilização eficaz;
- Colaboração e trabalho em rede para apoiar uma cultura de colaboração e comunicação que promova a partilha de experiências e uma aprendizagem eficaz.
- Infraestruturas e equipamentos fiáveis (como equipamentos, software, recursos de informação, ligação à Internet, apoio técnico ou espaço físico), para permitir e

facilitar a inovação no ensino, na aprendizagem e na avaliação.

- Desenvolvimento profissional contínuo para apoiar o desenvolvimento e a integração de novas formas de aprender e de ensinar, que exploram as tecnologias digitais para obter melhores resultados de aprendizagem.
- Pedagogia de apoios e recursos na preparação para a utilização das tecnologias digitais de aprendizagem, com vista à atualização e inovação em termos de práticas de ensino e aprendizagem.
- Pedagogia para aplicação em sala de aula das tecnologias digitais, com vista à atualização e inovação ao nível das práticas de ensino, aprendizagem e avaliação.
- Práticas de avaliação que permitam a passagem gradual de um modelo de avaliação tradicional (focado na classificação) para um repertório de práticas mais abrangente, focado no suporte à aprendizagem, centradas nos alunos, personalizadas e fidedignas.
- Competências digitais dos alunos – desenvolvimento nos alunos de um conjunto de aptidões, conhecimentos e atitudes que permitam a utilização confiante, criativa e crítica das tecnologias digitais por parte dos alunos.

Todavia, nas áreas relacionadas com a aplicação de tecnologias digitais em contexto de sala de aula, em particular para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, com as práticas de avaliação pedagógica (p.e., feedback atempado aos alunos, autorregulação das aprendizagens ou feedback entre pares) e com o desenvolvimento de competências digitais dos alunos (em particular na criação de conteúdos digitais e na propriedade intelectual de recursos online), foram as que registaram evoluções mais modestas, pelo que se identificam como áreas prioritárias de intervenção no próximo triénio.

Os resultados dos questionários SELFIE são disponibilizados nos Apêndices através de hiperligações para um espaço digital onde os mesmos se encontram arquivados.

Também se utilizaram os dados do Portal InfoEscolas, que fornecem informações estatísticas importantes sobre o desempenho da escola em comparação com outras instituições do país. Esta análise permitiu uma compreensão da tendência de evolução do Agrupamento em algumas áreas, em particular as que se prendem com a inclusão e equidade.

Os resultados dessa análise global, que incluem as contribuições de todas estas

instrumentos e técnicas de recolha de informação, indicaram que é necessário intervir a nível organizacional para assegurar respostas que potenciem uma educação inclusiva de qualidade, sendo necessário investir na capacitação dos docentes, no acompanhamento das práticas educativas e no reforço da colaboração. Também no plano pedagógico, é importante promover a formação integral dos alunos, proporcionando-lhes experiências e momentos de aprendizagem que permitam ir ao encontro das suas necessidades e potencialidades, mas também operar mudanças ao nível da avaliação dos seus desempenhos, de modo a aferir sobre o desenvolvimento de competências, conhecimentos e atitudes que lhes permitam o exercício de uma cidadania plena, ativa, crítica, criativa e informada.

Emergiu, de todo o processo de análise de dados, a necessidade de promover uma cultura de colaboração entre os docentes (i.e., reforço das equipas pedagógicas), acompanhar os processos de ensino e aprendizagem, e, finalmente, capacitar os alunos para que possam ser agentes ativos no uso de tecnologias digitais no seu percurso educativo.

Também ao nível da relação com a comunidade educativa, apesar de ser reconhecida a abertura que já existe, pretende-se um envolvimento mais ativo e produtivo, nomeadamente, comprometendo os membros da comunidade educativa com os vários processos de monitorização e melhoria do Agrupamento, assim como no esforço coletivo para promover comportamentos e hábitos saudáveis, a vários níveis.

O diagnóstico detalhado, levado a cabo em articulação com a Equipa de Autoavaliação, com base em diversas fontes de informação e análise, foi essencial para direcionar os esforços da escola e otimizar os seus recursos no desenvolvimento de um ambiente mais colaborativo, inovador e digitalmente preparado, alinhado com as necessidades e expectativas da nossa comunidade escolar.

4.1. Análise SWOT

Com base na Análise SWOT apresentada no quadro 2 identificam-se as principais áreas de intervenção a privilegiar no planeamento estratégico no Projeto Educativo do Agrupamento, que irá vigorar de 2024 a 2027.

Quadro 2 - Diagnóstico estratégico com base no modelo de Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
• O clima de abertura e diálogo com a comunidade. • A comunidade reconhece os esforços da escola para proporcionar um ambiente escolar inclusivo. • A comunidade reconhece que as ações pedagógicas e organizacionais se pautam pelo rigor e pela exigência. • Os canais de comunicação escola-encarregados de educação são considerados adequados. • Existe já implementado um programa de intervenção na carreira para os alunos do 8º e 9º ano. Contudo, há margem para evolução, realizando atividades ou projetos de intervenção nos níveis ou ciclos de ensino anteriores (p.e., dia das profissões, visitas de profissionais e/ou encarregados de educação que sejam modelos de referência). Os alunos também referiram que seria interessante realizar jogos/simulações de profissões (<i>role play</i>) na escola, ter a oportunidade de ajudar em tarefas junto de profissionais na escola, fazer um diário da profissão de sonho, entre outras iniciativas. • Existe um Plano de Formação adequado às necessidades dos docentes e que procura integrar as mais recentes inovações pedagógicas. Ainda assim, a aplicação efetiva de tais inovações em sala de aula necessita de ser generalizada.	• Os resultados dos alunos em termos de qualidade do sucesso, uma vez que não acompanha as elevadas TS alcançadas. • Os resultados da avaliação externa (i.e., Provas Finais de Ciclo, Provas de Aferição) globalmente inferiores aos da avaliação interna. • Dificuldade na aferição do pleno cumprimento das metas do projeto educativo, por falta de métricas e indicadores objetivos e quantificáveis. • Necessidade de desenvolver uma cultura de avaliação de todas as atividades realizadas. • Práticas de avaliação pedagógica necessitam de ser mais consistentes e sistemáticas, em particular ao nível da avaliação formativa e feedback. • Baixo envolvimento e participação dos alunos em clubes e projetos dinamizados em articulação.
Oportunidades	Constrangimentos
• O PEA anterior com uma série de objetivos cujos indicadores que se cruzam e repetem. Uma oportunidade de melhoria passa por formular objetivos específicos e trabalhar no sentido de simplificação dos mesmos, uma vez que vários concorriam para mais do que uma meta. • Aumento do número de alunos com enquadramento em Português Língua não Materna (PLNM). • Muitos indicadores no PEA anterior com métricas pouco claras e exequíveis. Na reformulação do PEA, aplicar o princípio	• Dispersão decorrente do elevado número de estabelecimentos escolares o que dificulta a articulação vertical e a dinamização de projetos e atividades conjuntas entre docentes e alunos de diferentes níveis de ensino. • O aumento do número de alunos migrantes e as consequentes necessidades de apoio e acompanhamento, será necessário um reforço da colaboração entre docentes para mobilizar todas as medidas disponíveis para fazer face a esta

SMART⁴ (objetivos curtos, mensuráveis, realizáveis, limitados no tempo) na formulação de objetivos eficazes. • Dada a importância da transição digital em curso seria importante que algumas das metas e objetivos do PEA contemplassem medidas e ações no sentido de melhorar a implementação de metodologias ativas suportadas pelas ferramentas e aplicações digitais. • Existe margem para melhoria ao nível das práticas organizacionais com recurso ao digital no Agrupamento. • Reforçar o trabalho colaborativo conducente a mais e melhor articulação vertical e horizontal, acompanhado por ações organizacionais que possibilitem essa colaboração entre docentes. • Dar voz aos alunos na melhoria dos processos pedagógicos e organizacionais, em particular na avaliação. • Potenciar o desenvolvimento de literacia em avaliação e monitorização, para que em todas as dimensões do trabalho do Agrupamento seja possível melhorar a elaboração de planos de ação, seu acompanhamento e avaliação. • Apoiar os docentes na definição de objetivos, métricas/indicadores e instrumento de recolha de informação para avaliar o respetivo cumprimento das metas a definidas. • Apesar de haver o reconhecimento de que a escola promove a participação e o envolvimento dos encarregados de educação e dos alunos em atividades e projetos, há margem para progressão ao nível do seu envolvimento de forma ainda mais ativa (p.e. através da dinamização conjunta de atividades, do estabelecimento de parcerias/redes de voluntariado para apoiar os professores na promoção dessas mesmas atividades, etc.). • Há ainda margem para melhoria ao nível do envolvimento dos encarregados de educação e dos alunos nos processos de monitorização do Agrupamento.	nova realidade.
---	------------------------

⁴ Formulação de objetivos SMART – acrónimo que enuncia os princípios para a formulação de objetivos estratégicos. Estes devem ser específicos (“Specific”), mensuráveis (“Measurable”), alcançáveis (“Attainable”), realistas (“Realistic”) e delimitados no tempo (“Time-bound”).

5. Planeamento estratégico: áreas prioritárias de intervenção

A partir do diagnóstico efetuado, foram definidas áreas prioritárias de intervenção, ao nível da avaliação pedagógica, pois há uma necessidade clara de desenvolver formas mais eficazes de aferir para apoiar o desenvolvimento de conhecimentos, competências, atitudes e valores, tendo em vista o desejável sucesso e uma crescente autonomia. As estratégias de avaliação, por um lado asseguram o acompanhamento contínuo do progresso dos alunos e, simultaneamente permitem ajustar, em cada momento, as práticas implementadas, em função das necessidades.

Também o reforço da colaboração entre os docentes é essencial para criar uma cultura de partilha de boas práticas e de trabalho em equipa, que enriqueça o ambiente pedagógico. Esta colaboração é também fundamental para proporcionar aos alunos a vivência de projetos e atividades interdisciplinares, que lhes permitam desenvolver múltiplas competências e alcançar a compreensão de conceitos complexos. Se pensarmos em conceitos como sociedade, ambiente ou sustentabilidade, a sua compreensão exige o conhecimento e o recurso a estratégias de cognição mais sistemáticas e holísticas, que não se encontrem espartilhadas ou restritas pelas fronteiras (artificiais) do conhecimento disciplinar.

Este sentido da complexidade (Martins et al., 2017) deve estar presente no desenvolvimento do currículo, tal como preconiza o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória quando cita o referido autor e considera prioritário o desenvolvimento dos alunos numa cultura de autonomia e responsabilidade. Só deste modo se pode trabalhar para a “prevenção do conhecimento contra o erro e a ilusão” (Martins et al., 2017, p. 6), focando o ensino em métodos que permitam ver o contexto e o conjunto, em lugar do conhecimento fragmentado. É fundamental, nos dias de hoje, que a educação se foque na compreensão mútua entre as pessoas, de pertenças e culturas diferentes, e no desenvolvimento de uma ética do ser humano, de acordo com uma cidadania inclusiva (Martins et al., 2017, p. 7).

Assim, no âmbito do Projeto Educativo do Agrupamento, considera-se prioritário encontrar lógicas de desenvolvimento profissional, baseado nas necessidades da escola, para que os professores se tornem mais capazes de mudar práticas, tornando-as mais inclusivas e equitativas. Importa também capacitar e acompanhar a implementação de lógicas de trabalho interdisciplinar, que se efetivem nas atividades e projetos desenvolvidos com os alunos, sendo para tal necessário encontrar mecanismos de acompanhamento, por exemplo através do reforço da colaboração e mentoria entre pares, para lidar com a mudança e com a complexidade do

mundo atual. Em particular, é necessária a capacitação para o uso de tecnologias digitais, não apenas dos próprios docentes, mas sobretudo dos seus alunos, de modo a garantir que se tornam igualmente capazes de as usar de forma autónoma e crítica, nos mais variados contextos.

Um outro aspeto essencial na mudança que se pretende operar no Agrupamento, passa pelo reforço do envolvimento da comunidade educativa, em particular dos alunos e respetivos encarregados de educação, dando-lhes uma voz e um papel mais ativos.

Tendo em conta estas áreas prioritárias de intervenção, definiram-se 8 objetivos gerais a alcançar no próximo triénio, através de um conjunto de ações, organizadas em torno de três grandes eixos:

- Plano organizacional: assegurar respostas que potenciem uma educação inclusiva de qualidade.
- Plano pedagógico: promover a formação integral dos alunos.
- Relação com a comunidade: aumentar a sua participação e envolvimento.

5.1. Objetivos, estratégias e metas a alcançar

Tendo por base o diagnóstico estratégico previamente apresentado, após se definirem os eixos de atuação, foram equacionadas um conjunto de ações ou estratégias, que permitam alcançar os objetivos, para os quais se definiram as respetivas metas. Estas serão alvo de monitorização, com uma periodicidade anual, tendo por base um conjunto de métricas e indicadores, que permitam aferir sobre a sua consecução e eventuais necessidades de reajuste/reformulação.

Os objetivos prioritários do Agrupamento e respetivas metas foram definidos após auscultação de elementos representativos de toda a comunidade, para que deles se apropriassem, num verdadeiro sentido de pertença e partilha informada junto dos seus pares.

Quadro 3 - Objetivos, estratégias e metas a alcançar em cada eixo de intervenção

Estratégia: intervir ao nível organizacional para assegurar respostas que potenciem uma educação inclusiva de qualidade		
Objetivos	Ações/atividades a Desenvolver	Metas a atingir
1. Promover o sucesso e a inclusão de todos os alunos	1.1. Aplicar anualmente respostas educativas mais ajustadas às necessidades de todos os alunos 1.2. Diversificar anualmente a oferta educativa, no plano formal e não formal, adequando-a aos interesses e/ou necessidades dos alunos 1.3. Estruturar anualmente um plano de formação que vise capacitar a comunidade educativa para a equidade e inclusão. 1.4 Envolver a comunidade nos processos internos de autorregulação para assegurar ações organizacionais mais inclusivas.	• Universalizar as medidas de apoio educativo a Port e Mat em todos os níveis de ensino • Universalizar a coadjuvação a Port e Mat em todos os níveis de ensino. • Assegurar pelo menos uma hora de apoio individualizado (por semana) a todos os alunos que beneficiam de medidas seletivas e/ou adicionais. • Melhorar as competências de comunicação oral e escrita em língua portuguesa, para todos os alunos não nativos. • Criar a disciplina de PLNM, possibilitando que todos os alunos trabalhem de acordo com o respetivo nível de proficiência. • Planificar, anualmente, todas as atividades desenvolvidas no CAA de modo a atender às necessidades individuais dos alunos. • Estabelecer anualmente pelo menos uma parceria que permita apoiar alunos (p.e., terapias, recurso à ACIP ou CRI). • Auscultar anualmente os alunos sobre os projetos e atividades que gostariam de ver dinamizados no ano seguinte. • Realizar pelo menos uma ação de formação interna sobre inclusão e equidade. • Envolver anualmente, pelo menos 10% dos docentes do AE em ações de formação na área da inclusão. • Assegurar pelo menos três momentos para análise SWOT e reflexão conjunta com a Equipa de Autoavaliação (Reuniões com grupos, departamentos, equipas pedagógicas e representantes da comunidade - conselho alargado de autoavaliação, assembleia de delegados). • Divulgação trimestral dos resultados da monitorização realizada.
2. Reforçar a colaboração e cooperação entre docentes.	2.1. Investir anualmente na capacitação contínua dos docentes para a adoção de metodologias mais ativas e inclusivas (preferencialmente com integração das tecnologias digitais)	• Assegurar anualmente, pelo menos, uma ação de formação sobre cada uma das seguintes temáticas: metodologias ativas; integração das tecnologias digitais; técnicas de ensino e avaliação mais inclusivas. • Criar anualmente no horário docente, momentos especificamente direcionados para o trabalho colaborativo.

	2.2. Reforçar anualmente dinâmicas formativas e de trabalho colaborativo entre docentes 2.3 Assegurar anualmente mecanismos adequados ao acompanhamento das práticas letivas	• Estruturar e aplicar, anualmente, pelo menos um domínio de autonomia curricular em cada turma. • Assegurar, anualmente, um momento de partilha de práticas em cada departamento curricular. • Realizar, anualmente, um momento de partilha de práticas alargado a toda a comunidade educativa (p.e., Jornadas Pedagógicas). • Implementar anualmente o projeto (Co)PIPA, que visa o acompanhamento e mentoria entre pares no desenvolvimento profissional, com vista à adoção de abordagens pedagógicas cada vez mais inclusivas. • Criar/ajustar, anualmente, instrumentos de recolha de informação aplicados pelas estruturas de supervisão do agrupamento.
--	--	---

Estratégia: Intervir ao nível **pedagógico** de modo a promover a formação integral dos alunos

3. Melhorar o sucesso educativo para todos os alunos.

3.1. Melhorar anualmente os resultados escolares, ao nível da eficácia e da qualidade do sucesso.

3.2. Melhorar anualmente a coerência do sucesso, aproximando os resultados alcançados a nível interno com os observados a nível externo.

- Manter e/ou melhorar a taxa de sucesso dos alunos em todas as disciplinas e níveis de ensino, relativamente ao ano letivo anterior.
- Assegurar percursos de sucesso para todos os alunos, garantindo uma taxa de conclusão de ciclo que garanta que 100% o fazem no número de anos correspondentes
- Melhoria contínua da qualidade dos resultados, aumentando em relação ao ano letivo anterior, as médias dos resultados alcançados em todas as disciplinas e anos de escolaridade.
- Implementação de medidas de suporte à aprendizagem e inclusão, com revisão trimestral e acompanhamento personalizado, visando aumentar as respetivas taxas de sucesso.
- Monitorização trimestral da eficácia da aplicação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, reformulando-as se necessário.
- Reduzir anualmente o diferencial entre as taxas de sucesso, garantindo uma maior uniformidade entre os resultados obtidos nas avaliações internas e nas provas externas (p.e., provas finais de ciclo e ModA).
- Reduzir anualmente o diferencial entre as médias das classificações obtidas nas avaliações internas e nas provas externas (p.e., provas finais de ciclo ou MODA).
- Alinhar os critérios de avaliação internos com os externos, em particular em termos de domínios avaliados e respetivas ponderações.
- Realizar trimestralmente reuniões de grupo e departamento para refletir sobre os resultados alcançados, rever práticas pedagógicas e avaliativas implementadas, tendo como meta a melhoria e uniformização progressiva dos resultados.

4. Melhorar as práticas de avaliação implementadas em todos os anos de escolaridade	4.1. Avaliar de forma sistemática o desenvolvimento de conhecimentos, competências, atitudes e valores dos alunos, tendo em conta o PASEO e as AE. 4.2. Ajustar as estratégias de avaliação (formativa e sumativa) às necessidades dos alunos 4.3. Valorizar o processo de aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos. 4.4. Envolver os alunos no processo de avaliação, em todas as suas etapas.	• Aumentar anualmente a consistência dos resultados por disciplina ao longo do ano, através do reforço do trabalho colaborativo dos docentes de cada grupo disciplinar (para assegurar, p.e., estratégias de avaliação mais uniformes entre docentes). • Realização anual de momentos de formação contínua (interna) para assegurar uma comum apropriação dos critérios de avaliação e a adoção de práticas pedagógicas e avaliativas coerentes. • Revisão e atualização anual dos instrumentos de avaliação em todas as disciplinas e níveis de ensino, de modo a garantir que estão alinhados com o PASEO e as AE. • Aumentar a diversidade de métodos e técnicas de recolha de informação sobre os desempenhos dos alunos. • Revisão trimestral das estratégias de avaliação formativa e sumativa, para acomodar as necessidades diagnosticadas e contemplar a diversidade de perfis de aprendizagem dos alunos (com particular ênfase nos alunos que usufruem de medidas de suporte à inclusão). • Monitorizar a eficácia das estratégias de avaliação implementadas, recolhendo informação junto de alunos e professores (questionários), tendo como meta uma taxa de satisfação de pelo menos 50% para ambos os universos. • Capacitar anualmente os docentes relativamente a procedimentos de avaliação formativa e técnicas de emissão feedback (características e conteúdo do feedback) • Melhorar a qualidade do feedback emitido, focado no desempenho nas tarefas avaliadas. • Melhorar a perceção dos alunos relativamente ao feedback que recebem dos professores para autorregular as suas aprendizagens (auscultando os alunos para saber que tipo de feedback recebem). • Assegurar anualmente pelo menos um momento formal no qual os alunos “participam no desenho de opções curriculares e na avaliação da sua eficácia, bem como no planeamento do ensino e na avaliação, tendo por referência processos de autorregulação da aprendizagem” (c.f. Portaria 223A).
--	---	---

5. Promover a diversificação das práticas pedagógicas na sala de aula em todas as áreas curriculares ajustadas às necessidades de todos os alunos	5.1. Melhorar anualmente a adequação das práticas pedagógicas às potencialidades e necessidades individuais de aprendizagem, no respeito pelas diferenças cognitivas, culturais e sociais dos alunos. 5.2. Capacitar anualmente os docentes para adoção de práticas pedagógicas cada vez mais inclusivas 5.3 Adotar em todas as turmas práticas pedagógicas de referência que promovam: colaboração/cooperação entre alunos; e/ou experimentação; e/ou capacitação dos alunos no uso das tecnologias digitais.	• Monitorizar trimestralmente os planos de operacionalização das medidas universais (POMU), relatórios técnico pedagógicos (RTP) e/ou programas educativos individuais (PEI), elaborados para atender às necessidades cognitivas, culturais e sociais dos alunos. • Reduzir anualmente a discrepância nos resultados escolares (TS e médias de classificações) entre grupos de alunos com diferentes perfis de aprendizagem (ex.: alunos com necessidades educativas, alunos de contextos socioeconómicos desfavorecidos, alunos migrantes, entre outros), através da implementação de práticas pedagógicas diferenciadas e inclusivas. • Envolver anualmente 20% dos docentes do agrupamento em ações de formação focadas nas metodologias na sala de aula, de modo a garantir maior alinhamento das tarefas propostas às necessidades/potencialidades de cada aluno. • Recolher anualmente evidências sobre o uso de plataformas de ensino que permitam a personalização de conteúdos, oferecendo atividades específicas para os diferentes perfis de aprendizagem. • Envolver, trimestralmente, os alunos de todas as turmas e níveis de ensino em tarefas na sala de aula que possibilitem a construção de conhecimento com recursos a ferramentas digitais. • Implementar pelo menos uma prática colaborativa e/ou cooperativa em todas as turmas (incentivo ao trabalho em grupo e a partilha de conhecimentos entre os alunos). • Realizar em cada trimestre atividades práticas experimentais e de experimentação (áreas de ciência, arte, matemática...) • Capacitar anualmente os alunos no uso das tecnologias digitais através de projetos que envolvam esse uso, assegurando pelo menos um projeto por turma. • Aumentar anualmente o número de disciplinas que utilizam metodologias ativas (p.e., ensino por projetos, aprendizagem baseada em problemas, rotação por estações, sala de aula invertida ou outras práticas de referência).
--	---	--

6. Promover a educação integral de todos os alunos.	6.1. Promover atividades/projetos que possibilitem o desenvolvimento de competências para o exercício de uma cidadania plena, ativa, crítica, criativa e informada. 6.2. Melhorar a flexibilidade curricular, articulação vertical e horizontal dos currículos 6.3. Organizar anualmente atividades de complemento curricular que possibilitem uma participação cívica, ativa, consciente e informada. 6.4. Desenvolver anualmente projetos e clubes que complementem a formação integral dos alunos nas dimensões ética, social, cívica, relacional, técnica, científica e artística.	• Envolver, pelo menos, metade das disciplinas de cada conselho de turma (ou do currículo no caso do 1º Ciclo) no desenvolvimento de um projeto educação para cidadania garantindo que todos os alunos desenvolvam competências do PASEO (p.e., resolução de problemas, colaboração, pensamento crítico, participação democrática, entre outras) • Promover uma reflexão cívica trimestral com a participação ativa dos alunos (pelo menos delegados e subdelegados de turma), abordando temas como os direitos humanos, a sustentabilidade, a ética, entre outros. • Assegurar, anualmente, pelo menos um projeto interdisciplinar no âmbito dos domínios de autonomia curricular em cada turma, integrando as múltiplas dimensões da formação (ética, social, técnica, etc.), preferencialmente ligado a temáticas e à realidade local (garantir a tal percentagem do currículo local) • Aumentar, a cada ano, o número de domínios de autonomia curricular (DAC) implementados, integrando disciplinas e conteúdos de forma mais fluida e promovendo a interdisciplinaridade. • Organizar um encontro anual entre professores de diferentes anos e disciplinas, para fomentar a articulação curricular vertical e horizontal, com o objetivo de alinhar estratégias pedagógicas e conteúdos (podem ser reuniões ou jornadas no fim do ano letivo). • Organizar pelo menos uma atividade de complemento curricular (p.e., debates, simulações de parlamentos escolares ou projetos de intervenção comunitária) focados em temas de cidadania. • Aumentar a participação dos alunos em atividades de complemento curricular (clubes e projetos). • Envolver os alunos na organização de atividades culturais da escola, incentivando a criação de comissões ou grupos de alunos responsáveis (ou que integrem equipas em colaboração com os professores - caso da Festa de Natal, Patrono, S. Martinho). • Avaliar anualmente o impacto das atividades de complemento e/ou enriquecimento curricular, através de questionário, com pelo menos 50% de satisfação por parte dos alunos quanto ao desenvolvimento de competências de cidadania e participação cívica. • Garantir anualmente o funcionamento de clubes e projetos extracurriculares, com um número mínimo de 10 participantes.
--	--	--

		• Aumentar anualmente a participação dos alunos nos clubes e projetos extracurriculares que abordem temas técnicos, científicos ou artísticos (ligação a universidades, ligação ao PCE).
--	--	--

Estratégia: Intervir ao nível da relação com a comunidade, aumentando a sua participação e envolvimento

7. Melhorar as expetativas dos alunos e da comunidade educativa relativamente aos percursos escolares e profissionais dos seus elementos

7.1. Implementar anualmente programas e/ou atividades que promovam o desenvolvimento de competências pessoais, partindo dos interesses dos alunos.
7.2. Capacitar para a tomada de decisão no percurso formativo e educativo.
7.3. Reconhecer anualmente o esforço e trabalho dos alunos, premiando o valor, o mérito e a excelência.

- Implementar anualmente, em todas as turmas de 9º ano, o programa de intervenção na carreira, focado no desenvolvimento de competências pessoais e na exploração de interesses dos alunos.
- Organizar anualmente, pelo menos uma sessão de orientação (workshops, palestras ou mentorias) com profissionais de diferentes áreas para ajudar os alunos a explorarem percursos formativos e profissionais.
- Assegurar a satisfação dos alunos relativamente à intervenção na carreira, através de inquéritos de feedback, medindo a eficácia dos programas implementados e assegurando uma taxa de satisfação superior a pelo menos 50%
- Garantir que pelo menos os alunos das turmas de 9º ano participem em atividades de apoio à tomada de decisão sobre o percurso formativo (p.e., visitas de estudo a escolas profissionais, universidades e/ou empresas, participação em feiras de profissões, entre outras).
- Envolver anualmente um maior número de alunos em programas de estágios de curta duração promovidos localmente.
- Aumentar anualmente o número de alunos reconhecidos por mérito (académico, desportivo, cívico ou artístico), valorizando as diferentes formas de mérito e excelência, através da realização de uma cerimónia ou evento especial.

8. Reforçar o envolvimento da comunidade educativa

8.1. Comprometer os membros da Comunidade Educativa com os vários processos de monitorização e melhoria do Agrupamento.
8.2. Aumentar a participação dos membros da comunidade educativa na vida escolar dos alunos e/ou na dinamização de atividades/projetos.
8.3 Comprometer toda a comunidade educativa num esforço coletivo para promover comportamentos e hábitos saudáveis.

- Aumentar a participação de pais, alunos e outros membros da comunidade educativa nas reuniões de monitorização e melhoria contínua do Agrupamento, com a realização de pelo menos 3 encontros ao longo do ano.
- Incluir os representantes de cada grupo da comunidade educativa (alunos, pais, docentes e pessoal não docente) nos processos de revisão e monitorização do Projeto Educativo e outras iniciativas de melhoria, realizados trimestralmente.
- Promover uma consulta pública anual (através de inquéritos) sobre o desempenho do Agrupamento, garantindo que pelo menos 50% da comunidade educativa participe e ofereça sugestões de melhoria.

	8.4. Valorizar e divulgar o conhecimento e experiências pedagógicas do agrupamento. 8.5. Melhorar a comunicação e divulgação dos resultados escolares e outros indicadores de desempenho do Agrupamento 8.6. Melhorar a comunicação institucional, para assegurar a relevância identitária do AE D. Maria II	• Aumentar a cada ano letivo a participação dos pais e encarregados de educação em atividades escolares, projetos e/ou atividades extracurriculares, realizando, pelo menos, um evento cultural, desportivo ou científico, que vise a interação direta entre a família e a escola. • Criar uma rede de voluntariado composta por membros da comunidade (p.e., associação de pais, ex-alunos, empresas locais), com o objetivo de dinamizar, anualmente, pelo menos uma atividade ou projeto que apoie o desenvolvimento dos alunos durante o seu percurso. • Dinamizar anualmente uma iniciativa, campanha ou programa de promoção da saúde, focados em temas como nutrição, atividade física, saúde mental e prevenção de comportamentos de risco, com a participação de alunos e suas famílias. • Organizar pelo menos uma atividade anual que promova hábitos saudáveis (como caminhadas, sessões de <i>mindfulness</i>, workshops de alimentação saudável), garantindo o envolvimento dos membros da comunidade educativa. • Monitorizar a adoção de práticas saudáveis no dia a dia escolar, identificando desempenhos saudáveis ou que necessitam de ser melhorados (como programas de alimentação saudável, participação em atividades desportivas extracurriculares), monitorizando o impacto através de inquéritos anuais à comunidade. • Divulgar as iniciativas ou boas práticas pedagógicas do Agrupamento, através de eventos, publicações (boletins informativos, redes sociais, website da escola) e outros meios, para aumentar a visibilidade e partilha de conhecimento. • Aumentar anualmente a partilha de boas práticas pedagógicas entre os professores do Agrupamento, através de plataformas digitais (espaços próprios no <i>Classroom</i>) e também através de encontros presenciais (momentos de partilha de boas práticas nas reuniões de departamento e jornadas pedagógicas).
--	---	---

6. Plano de comunicação e disseminação

A disseminação será feita de forma contínua e estruturada para garantir que todas as partes interessadas (alunos, professores, pais, parceiros e comunidade em geral) estejam informadas e possam contribuir para o sucesso do projeto. Esse processo já teve início com a divulgação, ainda que em fase preliminar, do documento do Projeto Educativo, para que alguns representantes da comunidade pudessem pronunciar-se sobre ele, em particular sobre os objetivos e metas a alcançar. Deste modo, os membros da comunidade puderam ir-se apropriando deles e, futuramente, apoiar o esforço de disseminação, enquanto interlocutores privilegiados.

A disseminação será feita através do Espaço Digital do Agrupamento, na Página Web, será impresso e colocado em local próprio na sala dos professores, onde estarão os demais documentos de extensão e operacionalização do Projeto Educativo (ver Quadro 4).

Nas reuniões de Departamento, os respetivos coordenadores procederão à divulgação do mesmo e explorarão com os docentes os respetivos objetivos e metas, a fim de apoiar a respetiva ação educativa.

Sempre que forem elaborados documentos estruturantes relativamente a uma qualquer ação educativa, durante o período de vigência do Projeto Educativo do Agrupamento, os mesmos deverão ser tidos em consideração.

7. Documentos de operacionalização do Projeto Educativo

No âmbito da implementação do Projeto Educativo do Agrupamento, torna-se essencial garantir uma visão abrangente e coerente de todos os documentos que contribuem para o seu desenvolvimento e execução. Estes documentos de extensão são ferramentas fundamentais que, ao complementarem as orientações estratégicas do Projeto Educativo, permitem monitorizar, avaliar e ajustar as práticas pedagógicas e organizacionais do Agrupamento.

O quadro que se segue (Quadro 4) pretende ser uma espécie de índice/glossário que reúne os principais documentos que suportam a concretização dos objetivos do Projeto Educativo. Estes documentos refletem um esforço contínuo de monitorização, revisão e reajuste das estratégias adotadas, assegurando que as metas estabelecidas sejam alcançadas de forma articulada com as necessidades da comunidade educativa e com os desafios com que o Agrupamento se depara anualmente.

Entre os documentos indicados no Quadro 4, incluem-se o Regulamento Interno e o Plano Anual de Atividades, que são documentos de operacionalização, por excelência, do projeto educativo e instrumentos fundamentais da autonomia da organização escolar, mas também outros que configuram estratégias e planos para a ação organizacional e educativa, como é o caso do projeto de operacionalização da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, o Plano de Desenvolvimento Curricular e o Plano de Ação Estratégica (revistos e atualizados anualmente), o Plano de Desenvolvimento Digital, o Projeto Cultural de Escola, o Plano de Desenvolvimento Europeu e o Plano de Formação.

Quadro 4- Resumo do conteúdo dos documentos orientadores do AE D. Maria II

Documento	Resumo
Projeto Educativo do Agrupamento (PEA)	O Projeto Educativo é o documento orientador da política e decisão educativa, próprio de cada escola/Agrupamento, adequado à comunidade em que se insere e muito atento às necessidades, problemas e objetivos dos que nela habitam. Reflete a visão, missão e valores que lhe são subjacentes e tem por base o diagnóstico estratégico realizado. Nele estão definidos os objetivos, ações estratégicas e respetivas metas para o triénio 2024-2027.
Regulamento Interno (RI)	Documento de regulação do funcionamento da Escola, que estabelece a estrutura organizacional da comunidade escolar e garante a legalidade das decisões tomadas, no âmbito do Projeto Educativo e em cumprimento do estipulado na Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro (Estatuto do Aluno e Ética Escolar)

Plano Anual de Atividades (PAA)	Documento de planeamento, que define, em função do Projeto Educativo, os objetivos, as formas de organização e de programação das atividades e que procede à identificação dos recursos necessários à sua execução. Na sua composição, pretende-se concretizar, de modo transversal e articulado, as metas do Projeto Educativo, tendo em conta o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, as Aprendizagens Essenciais e a criação de uma escola inclusiva.
Estratégia de Educação para a Cidadania (EEC)	Os diferentes domínios da Educação para a Cidadania estão organizados em três grupos com implicações diferenciadas: o primeiro, obrigatório para todos os níveis e Ciclos de escolaridade (porque se trata de áreas transversais e longitudinais), o segundo, pelo menos em dois Ciclos do Ensino Básico, o terceiro com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade. Cada domínio contribui para as áreas de competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).
Plano de Desenvolvimento Curricular (PDC)	Documento operacional e instrumental, que articula anualmente o definido no Projeto Educativo com os normativos legais orientadores do currículo e na escola inclusiva (e.g., DL 54; DL 55, PASEO, OCEP, AE, entre outros). É atualizado anualmente.
Referencial de Avaliação Pedagógica (RAP)	No referencial de avaliação pedagógica do Agrupamento são definidas as políticas de avaliação e classificação a implementar, Tal como definido na Portaria 223A/2018 de 3 de agosto, é necessária a existência de um referencial comum para todo o Agrupamento, onde se enuncia o perfil de aprendizagens específicas para cada ano ou ciclo de escolaridade, integrando descritores de desempenho, em consonância com as Aprendizagens Essenciais e as áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
Referencial para Aplicação dos Princípios da Educação Inclusiva (RAPEI)	Define as linhas de atuação para a inclusão. O Agrupamento aposta numa Escola Inclusiva que visa atender à diversidade das necessidades dos alunos, onde cada um tem oportunidade de encontrar respostas educativas de acordo com as suas expectativas e potencialidades. Visa uma cultura de escola onde todos encontrem oportunidades para aprender e as condições para se realizarem plenamente, respondendo às necessidades de cada aluno, valorizando a diversidade e promovendo a equidade e a não discriminação no acesso ao currículo e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória.

Referencial para Articulação Curricular (RAC)	A articulação vertical e horizontal do currículo e a forma como as componentes de complemento curricular se integram no restante trabalho letivo são fundamentais para uma aprendizagem significativa e para a melhoria dos resultados escolares. Esta articulação curricular deve resultar de uma cultura de escola assente na confiança nos processos, nas opções e nos agentes educativos, mas também numa maior intencionalidade do processo educativo. É fundamental, implicar todos os docentes numa profunda e sistemática coordenação pedagógica ao nível dos órgãos e estruturas intermédias do Agrupamento, assegurando uma efetiva articulação vertical e horizontal do currículo desde a educação pré-escolar até ao 9º ano de escolaridade.
Referencial de Autoavaliação (RAAv)	De acordo com o estabelecido nos normativos legais, nomeadamente na Lei n.º 31/2002, a promoção da “melhoria da qualidade do sistema educativo, da sua organização e dos seus níveis de eficiência e eficácia”, assim como assegurar o sucesso educativo através de “uma cultura de qualidade, exigência e responsabilidade nas escolas”. As ações e os processos de melhoria da qualidade devem, para tal, ser incentivados e apoiados, sensibilizando-se os vários membros da comunidade educativa a envolver-se ativamente no processo educativo e na reflexão sobre os resultados alcançados.
Plano de Ação Estratégica (PAE)	Permite orientar, estruturar, organizar e concretizar as grandes metas e objetivos do Projeto Educativo. Representa, desde o início, um compromisso assumido por todos os envolvidos e define as diretrizes e as ações necessárias para alcançar os objetivos do projeto, assegurando que todos os intervenientes estejam comprometidos com sua realização.
Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE)	O Plano de Ação de Desenvolvimento Digital da Escola (PADDE) é um instrumento estratégico que reúne informações sobre os meios tecnológicos existentes, o grau de competências digitais da comunidade educativa e identifica uma visão e ações estratégicas, orientadas para uma melhor gestão e aproveitamento dos recursos tecnológicos, em particular na sala de aula.
Plano Cultural de Escola: Cultura e Identidade Local (PCE)	Através da Cultura, das Artes e do Património pretende-se que os alunos conheçam a sua cultura e identidade, em todo o seu espectro (económico, social, cultural e ambiental), e desenvolvam atividades, dentro e fora da escola. Pretende-se, com este plano, dar primazia às dinâmicas criativas que englobem as disciplinas artísticas, em estreita relação com as restantes áreas do conhecimento, quer sejam áreas disciplinares, clubes ou projetos, respondendo e trabalhando em conjunto com a autarquia, as instituições e organizações sociais ou culturais. Link documento alocado no site do Agrupamento: https://sites.google.com/agrupamentodmariaii.pt/pce/inicio
Plano de Desenvolvimento Europeu (PDE)	O PDE visa promover uma educação de qualidade, alinhada com os valores europeus, fomentando a inclusão, a cidadania ativa e a mobilidade internacional. Este plano orienta a implementação de projetos que incentivem a troca de boas práticas entre escolas europeias, a formação contínua de professores e o desenvolvimento de competências transversais nos alunos, como a fluência em línguas estrangeiras e o pensamento crítico.

Plano de Formação do AE (PF)	O Plano de Formação do Agrupamento pretende contribuir para reforçar os objetivos de natureza pedagógica e organizacional, através da capacitação do staff. Os objetivos do PF estão em linha com o PEA e visam capacitar nas áreas prioritárias do AE, de modo a melhorar a qualidade dos serviços prestados e reforçar a autonomia do Agrupamento.
Projeto de Promoção e Educação para a Saúde e Sexualidade (PPESS)	O Projeto de Promoção e Educação para a Saúde e Sexualidade (PPESS) destina-se a toda a comunidade escolar e promove a educação para a saúde e sexualidade de forma interdisciplinar e transversal, envolvendo todos os atores. Prioriza metodologias ativas, através da implementação de diferentes programas, fomentando hábitos saudáveis e a capacidade de ação dos alunos para AGIR.

São igualmente importantes, para a operacionalização dos objetivos, estratégias e metas definidos no Projeto Educativo do Agrupamento, o Referencial de Avaliação Pedagógica, o Referencial para Aplicação dos Princípios da Educação Inclusiva, o Referencial para Articulação Curricular e o Referencial de Autoavaliação. Inclui-se, ainda, o documento de operacionalização do Projeto de Promoção e Educação para a Saúde e Sexualidade.

A coerência entre estes documentos e a sua integração no âmbito do Projeto Educativo reforça o compromisso com uma educação inclusiva, de qualidade e centrada no sucesso de todos os alunos, promovendo um acompanhamento e uma melhoria contínua das práticas organizacionais e educativas que o Agrupamento deseja vir a alcançar nos próximos três anos letivos.

8. Avaliação/Monitorização do Projeto Educativo

A avaliação do Projeto Educativo será estruturada de acordo com um processo contínuo e sistemático, com o objetivo de monitorizar o progresso, verificar o cumprimento das metas estabelecidas e ajustar as ações sempre que necessário. A estratégia de avaliação será dividida em duas fases principais: a avaliação diagnóstica e a avaliação dos resultados.

A avaliação diagnóstica tem como objetivo realizar um diagnóstico inicial que forneça uma linha de base sobre o estado atual da escola e da comunidade escolar, identificando os pontos fortes, as áreas de melhoria e os recursos disponíveis.

Essa avaliação inicial será feita antes da implementação do projeto, que foi fundamental para analisar o contexto e identificar as principais forças e fraquezas. Para tal foram recolhidos dados sobre o funcionamento da escola, o nível de satisfação dos alunos, professores e pais, além de identificar as necessidades mais prementes.

Após a fase de diagnóstico, definiram-se áreas/eixos prioritários de intervenção, respetivos objetivos e metas a alcançar. Foram, ainda, explicitadas as estratégias ou atividades através das quais cada um dos objetivos será concretizado. Posteriormente procedeu-se a uma auscultação junto de representantes da comunidade escolar, com a realização de grupos focais, questionários e recorreu-se a instrumentos de avaliação organizacional já validados internacionalmente, como é o caso da *SELFIE for Schools*. A informação recolhida por todos estes instrumentos e técnicas esteve na base da definição das ações e metas do Projeto Educativo do Agrupamento.

No final do ano letivo, após a implementação das ações, será realizada a avaliação formativa e avaliação sumativa. A avaliação formativa consiste na monitorização contínua, levada a cabo pela Equipa de Autoavaliação do Agrupamento. Serão recolhidos dados que permitam aferir sobre o modo como estão a ser implementadas as ações. Serão produzidos relatórios trimestrais, com informação sobre as áreas de intervenção que necessitam de eventuais ajustes, de modo a ser possível ajustar e corrigir estratégias sempre que necessário.

Deste acompanhamento periódico trimestral das ações e resultados parciais, haverá, por vezes a necessidade de realizar reuniões de feedback com os responsáveis por cada ação do projeto. A Equipa de Autoavaliação já tem vindo a realizar estas reuniões de monitorização e acompanhamento junto das várias equipas e estruturas pedagógicas.

Os vários intervenientes nas ações definidas no PEA serão convidados a submeter as evidências sobre as mesmas, tendo em conta as métricas e indicadores definidos, de modo a que, no final de cada ano letivo, a Equipa de Autoavaliação, juntamente com os coordenadores das diferentes estruturas e equipas pedagógicas, tal como previsto no Plano de Desenvolvimento Curricular do Agrupamento, reflitam em conjunto sobre os dados e evidências recolhidos, elaborando a respetiva análise SWOT.

9. Disposições finais

O documento base do Projeto Educativo do Agrupamento elaborado com base na legislação em vigor, teve parecer favorável no Conselho Pedagógico de 27 de novembro de 2024. Aguarda aprovação pelo Conselho Geral, para vigorar por um período temporal de 3 anos (2024 a 2027).

Referências

Martins, G. D. O., Gomes, C. A. S., Brocardo, J., Pedroso, J. V., Camilo, J. L. A., Silva, L. M. U., ... & Rodrigues, S. M. C. V. (2017). Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória. Ministério da Educação.

Portal do Município (2024). Disponível em: <https://www.famalicao.pt/enquadramento>.

Portal Infoescolas (s.d.). Disponível em: <https://infoescolas.medu.pt/>

Census (2021). Disponível em: <https://censos.ine.pt/>

SELFIE (2024). A tool to support learning in the digital age. Disponível em:
<https://education.ec.europa.eu/selfie>

Normativos Legais

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho: Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva

Decreto-Lei 55/2018 de 6 de junho: Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.

Decreto lei nº 137/2012 de 2 de julho: Procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro: Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar.

Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro: Aprova o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior.

Portaria 223A/2018 de 3 de agosto: Procede à regulamentação das ofertas educativas do ensino básico.

Apêndices

Apêndice 1 – [Dados SELFIE 2020-2021](#)

Apêndice 2 – [Dados SELFIE 2023-2024](#)

Apêndice 3 - [Questionários de Satisfação](#)